



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES

**Lei de Acesso a Informação: o caso da Universidade de Brasília -
UnB.**

Brasília – DF
Novembro/2012

DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES

Lei de Acesso a Informação: o caso da Universidade de Brasília - UnB.

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Universitária.

Professora Orientadora: Doutora Eliane
Braga de Oliveira

Brasília – DF

Novembro/2012

Domingos da Costa Rodrigues

Lei de Acesso a Informação: aplicando a Universidade de Brasília - UnB / Domingos da Costa Rodrigues – Brasília, 2012.

72 f.: il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2012.

Orientadora: Doutora Eliane Braga de Oliveira, Faculdade de Ciências da Informação.

1. Lei 12.527 de 2012. 2. Acesso à informação. 3. Lei da Transparência. I. Título.

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Lei de Acesso a Informação: o caso da Universidade de Brasília - UnB.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Universitária da Universidade de Brasília do aluno:

Domingos da Costa Rodrigues

Professora Doutora, Eliane Braga de Oliveira
Professora Orientadora

Doutora, Eliane Braga de Oliveira
Professor-Examinador

Doutora, Solange Alfinito
Professor-Examinador

Brasília, 12 de novembro de 2012.

Agradeço a Deus, por ter me acompanhado e me incentivado nos momentos difíceis dessa caminhada.

Agradeço a minha esposa Elianice Silva Castro e ao meu filho Pedro Luís Castro Rodrigues que com maestria souberam me entender e me incentivar na longa jornada de estudos desse trabalho.

Agradeço ao meu irmão Waldecy Bispo Rodrigues que por muitos anos foi o orientador e financiador de meus estudos.

Meus sinceros agradecimentos à professora Eliane Braga de Oliveira pela disponibilidade em colaborar com sua valiosa orientação.

Agradeço a Tânia Moura – Arquivista, pela colaboração nas discussões do tema dessa especialização.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa acadêmica em nível de Especialização pretende evidenciar as ações realizadas na aplicação da Lei de Acesso a Informação dentro da Universidade de Brasília (UnB) nos seus primeiros seis meses de vigência. A metodologia utilizada para isso foi baseada em entrevistas semi-estruturadas com os membros da Comissão instituída pela Resolução da Reitoria nº 033 de 2012, que ficou responsável por viabilizar o atendimento a Lei 12.527 de 2011 na UnB e também na análise dos documentos produzidos por essa comissão no atendimento da Lei. Sancionada em novembro de 2011, a Lei 12.527 regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Essa lei viabiliza a execução de políticas públicas de acesso à informação com garantia dos Direitos Humanos e da cidadania. Finaliza com a constatação de que, de fato, a implementação do SIC, foi a ação possível de ser executada no contexto da UnB, nesses seis meses de vigência da Lei de Acesso à Informação. Talvez os problemas advindos da mudança de Presidência da Comissão e da eleição para Reitor da Universidade tenham dificultado os trabalhos da Comissão e com isso, retardado a efetivação das diversas ações propostas e discutidas nas reuniões.

ABSTRACT

This research project-level academic specialization aims to highlight the actions taken in the implementation of the Law on Access to Information in the University of Brasilia (UNB) in their first six months of validity. The methodology used for this was based on semi-structured interviews with members of the Committee established by Resolution of the Rectory No. 033, 2012, which was responsible for facilitating the attendance of Law 12,527 of 2011 in UNB and also in the analysis of the documents produced by that committee in care of the Law Sanctioned in November 2011, Law 12527 regulates access to information referred to in paragraph XXXIII of art. 5, clause II, § 3 of art. 37 and § 2 of art. 216 of the Federal Constitution. This law allows for the implementation of public policies on access to information guaranteed human rights and citizenship. It ends with the realization that, in fact, the implementation of SIC, was the action can be executed in the context of UNB, in these six months of enactment of Law on Access to Information. Perhaps the problems arising from the change of presidency of the Commission and the election to University Rector have hampered the work of the Commission and thereby delayed the execution of several actions proposed and discussed at the meetings.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Formulação do problema.....	10
1.2	Objetivos.....	11
1.3	Justificativa.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Histórico da legislação sobre acesso à informação no Brasil.....	13
2.2	Acesso à informação previsto na lei 12.527 de 2011	15
2.3	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.....	18
2.4	O papel da Controladoria Geral da União – CGU	19
2.5	Informação de arquivo no setor público.....	21
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	24
3.1	Método de pesquisa	24
3.2	Técnica de pesquisa.....	27
3.2.1	Caracterização da Organização.....	28
3.3	Coleta dos Dados	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Resultado da análise documental	31
4.2	Resultado da análise das entrevistas.....	34
4.3	Discussão dos resultados	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46
6	APÊNDICES	49
6.1	ENTREVISTA I.....	49
6.2	ENTREVISTA II.....	54
6.3	ENTREVISTA III	58
6.4	ENTREVISTA IV.....	61
6.5	ENTREVISTA V.....	65

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2011 foi sancionada a lei 12.527 que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Essa lei viabiliza a execução de políticas públicas de acesso à informação com garantia dos Direitos Humanos e da cidadania.

O acesso à informação como direito fundamental, de acordo com documento¹ produzido pela Controladoria Geral da União (CGU) é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como por importantes organismos da comunidade internacional: a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (Artigo 19)

Nesse sentido, entende-se que políticas públicas são ações do Estado em resposta a problemas sociais, com o objetivo de identificar e eliminar as causas ocultas desses problemas. Dessa forma, de acordo com, M. Howlett (2000) “as políticas públicas são o resultado de decisões tomadas por governos para adotar ou não certas políticas”.

Diante deste contexto, a Lei de Acesso a Informação, além de efetivar o direito previsto na Constituição: de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos além de informações do seu interesse pessoal, também aquelas de interesse coletivo, garante, ainda, a exequibilidade de políticas públicas de acesso a informação. De acordo com o documento da CGU, isto implica no cumprimento do papel da administração quando divulga suas ações e serviços, mas também que deve estar preparada para receber demandas específicas. “Responder a uma solicitação de acesso à informação pública requer

¹ CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

metodologia: é necessário processar o pedido e garantir ao requerente a entrega do dado”.

Para garantir o acesso à informação previsto na Lei 12.527/2011, os órgãos e entidades públicas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) precisam se adequar. Pois, além de estipular procedimentos, normas e prazos, está prevista a criação, em todos os órgãos e entidades do poder público, de um Serviço de Informações ao Cidadão.

O presente projeto de pesquisa acadêmica em nível de Especialização pretende evidenciar as ações realizadas na aplicação da Lei de Acesso a Informação dentro da Universidade de Brasília (UnB) nos seus primeiros seis meses de vigência.

1.1 Formulação do problema

Na tentativa de dar mais transparência e legitimidade aos atos da administração pública em 2011 o governo brasileiro sancionou a lei 12.527. Esse dispositivo legal visa consolidar e define o marco regulatório sobre acesso à informação pública sob a guarda do Estado, estabelece procedimentos para que a administração responda a pedidos de informação do cidadão, bem como, que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção.

Esse novo paradigma estabelecido pela lei vem em busca da desarticulação da cultura de segredo que, muitas vezes, prevalece na administração pública. A disponibilização de informações ao cidadão exige uma cultura de abertura e o servidor tem um papel fundamental para a mudança cultural, pois lida cotidianamente com a informação pública, da sua produção ao seu arquivamento. A CGU define que, na cultura de segredo, a informação é retida e, muitas vezes, perdida. A gestão pública perde em eficiência, o cidadão não exerce um direito e o Estado não cumpre seu dever. Já na cultura de acesso, estabelecida pela lei, os agentes públicos têm consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade. Ou seja, na

cultura de acesso o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão (CGU, 2012).

Na obrigatoriedade de aplicar a lei de acesso à informação, os diversos órgãos dos três poderes da administração pública vêm implementado rotinas e práticas que favoreçam a cultura de acesso às informações produzidas e ou recebidas pelas instituições mantidas direta ou indiretamente pelo Estado.

Posto isso, dentre as diversas ações que os órgãos da administração pública devem implementar para se adequar à lei de acesso à informação pergunta-se: quais ações a Fundação Universidade de Brasília – FUB vêm implementando para se adequar à lei de acesso à informação e facilitar o acesso à informação sob sua guarda?

1.2 Objetivos

Evidenciar as ações realizadas na aplicação da Lei de Acesso à Informação dentro da Universidade de Brasília – UnB, nos seus primeiros seis meses de vigência.

Sendo assim, pretende-se especificamente:

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre acesso a informação;
- Identificar os atores responsáveis por promover a acessibilidade à informação na Fundação Universidade de Brasília;
- Verificar o estabelecimento do Serviço de Informações ao Cidadão, previsto na Lei 12. 527 de 2011, na UnB.

1.3 Justificativa

As instituições públicas levarão algum tempo para se adaptarem ao novo paradigma imposto pela Lei 12.527/2011. Como servidor público da Fundação Universidade de Brasília, ocupante do cargo de Arquivista, é minha função e/ou obrigação planejar, tratar, proteger e dar acesso às informações de arquivo, ou seja, promover a gestão de documentos de arquivo dentro da UnB.

A Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu Artigo 3º define gestão de documentos como:

O conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Contudo, a Lei 12.527/2011 mexe com os pilares da gestão da informação dentro dos órgãos públicos, obriga as instituições a fornecer suas aos cidadãos não importando o motivo da solicitação e a sua utilização posterior. Excetua-se aquelas informações que tenham sofrido uma classificação de sigilo por autoridade competente.

Por isso, consideramos importante evidenciar as ações implementadas pela FUB na tentativa de tornar exequível a Lei de Acesso à Informação nos seus seis primeiros meses de obrigatoriedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da legislação sobre acesso à informação no Brasil

Na legislação brasileira, o primeiro relato de acesso à informação pública encontra-se na constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 em seu artigo 141, parágrafo 36, inciso II.

§ 36 - A lei assegurará: I - o rápido andamento dos processos nas repartições públicas; II - a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram; III - a expedição das certidões requeridas para defesa de direito; (BRASIL, 1946)

Em 1949 foi editado, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, o decreto 27.583 que aprova o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à Segurança Nacional. Nessa normativa não se fala em acesso à informação pública, mas em sigilo.

Informações que interessam à segurança nacional são as iniciadas sob o controle e jurisdição quer do Conselho de Segurança Nacional, através de sua Secretária Geral, quer do Estado-Maior das Forças Armadas, ou as que apresentem o mais alto interesse para estes órgãos. Refere-se esta definição mais à idéia de controle, jurisdição, origem, ou grau de interesse, do que à substância da informação. (BRASIL, 1949)

Em 1967 o presidente Humberto Castello Branco sancionou o decreto 60.417, aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Alterado pelo decreto 69.534 de 1971. Revoga o decreto 27.583 de 1949. Mais uma vez é uma legislação que prevê o sigilo das informações públicas, não o acesso.

Art. 2º São assuntos sigilosos aqueles que, por sua natureza, devam ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação. Art. 3º Os assuntos considerados sigilosos serão classificados de acordo com a natureza do assunto e não necessariamente, de acordo com as suas relações com outro assunto. Art. 4º Segundo a necessidade do sigilo e quanto à extensão do meio em que pode circular, são quatro os graus de sigilo e as suas correspondentes categorias de classificação: ULTRA-SECRETO – SECRETO – CONFIDENCIAL – RESERVADO (BRASIL, 1971)

O decreto 60.417 de 1967 foi revogado pelo decreto 79.099 de 1977. Este novo decreto também preserva o sigilo em detrimento do acesso à informação

pública. Para Hott (2005) a legislação brasileira deixou para as próprias instituições o estabelecimento do acesso, por meio das comissões do acesso à informação.

O decreto 2.134 de 1997 revoga o decreto de 1977 e regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Este decreto estabelece em vários dos seus artigos a criação das comissões de acesso.

Art. 5º Os órgãos públicos e as instituições de caráter público, custodiadores de documentos sigilosos, deverão constituir Comissões Permanentes de Acesso, para o cumprimento deste Decreto, podendo ser criadas subcomissões.

O decreto 4.553 de 2002 revoga o decreto 2.134 de 1997. Esse decreto dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Art. 37. O acesso a dados ou informações sigilosos em órgãos e entidades públicos e instituições de caráter público é admitido: I - ao agente público, no exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública, que tenham necessidade de conhecê-los; e II - ao cidadão, naquilo que diga respeito à sua pessoa, ao seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, mediante requerimento ao órgão ou entidade competente. § 1º Todo aquele que tiver conhecimento, nos termos deste Decreto, de assuntos sigilosos fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais decorrentes da eventual divulgação dos mesmos. § 2º Os dados ou informações sigilosos exigem que os procedimentos ou processos que vierem a instruir também passem a ter grau de sigilo idêntico. § 3º Serão liberados à consulta pública os documentos que contenham informações pessoais, desde que previamente autorizada pelo titular ou por seus herdeiros.

A lei 11.111 de 2005 regulamenta a exceção ao livre acesso às informações governamentais, estabelecido pelo inciso XXXIII do Artigo 5º da Constituição Federal, e abre, em favor das autoridades governamentais, uma ampla discricionariedade quanto à manutenção do sigilo por período indeterminado de documentos de interesse público.

Art. 4º O Poder Executivo instituirá, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilasas, com a finalidade de decidir sobre a aplicação da

ressalva ao acesso de documentos, em conformidade com o disposto nos parágrafos do art. 6º desta Lei. Art. 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União disciplinarão internamente sobre a necessidade de manutenção da proteção das informações por eles produzidas, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como a possibilidade de seu acesso quando cessar essa necessidade, observada a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e o disposto nesta Lei.

2.2 Acesso à informação previsto na lei 12.527 de 2011

A lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, regulamentada no poder executivo pelo decreto 7.724 de 16 de maio de 2012, vem na tentativa de consolidar no estado brasileiro a transparência dos atos públicos, bem como o dispositivo previsto na constituição federal no seu art. 5º inciso XXXIII:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ela Regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Essa lei é um passo importante no fortalecimento da recente democracia brasileira, uma vez que ela muda completamente o foco de sigilo para acesso.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

A lei faz questão de deixar bem claro quais os órgãos que estão submetidos a cumprir as suas ordens, não deixando margem para algumas instituições públicas ou de caráter público de se eximir da responsabilidade de cumprir os seus preceitos.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Art. 2 Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

A lei 12.527 de 2011 ficou também conhecida como Lei de Acesso à Informação e como Lei da Transparência, pois se destina a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, respeitando os princípios básicos da administração pública, como previsto no artigo 3º da lei:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Para facilitar o entendimento e não restar dúvidas a lei conceitua o que é informação, documento, informação sigilosa, informação pessoal, tratamento da informação, disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade. Também destaca o dever do Estado em garantir o acesso à informação, franqueado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 4 Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato; III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação; VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados; VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; VIII - integridade: qualidade da informação não

modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. Art. 5 É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação a qualquer órgão público, por qualquer meio legítimo. Basta se identificar e especificar a informação requerida, sem necessidade de alegar os motivos da solicitação.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

A lei, para enfatizar que o foco é o acesso em detrimento do sigilo, estabelece, em seu artigo 11, prazo máximo para o atendimento de solicitação de informação feito aos órgãos públicos.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias: I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação. § 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente. § 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar. § 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação. § 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente. § 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Na premissa de mudança do paradigma estabelecido pelas legislações anteriores, a lei 12.527 de 2011 estabelece, no sentido de esclarecer e não deixar dúvidas, responsabilidade e sanções para os servidores e agentes públicos.

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública; III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação; IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal; V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem; VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado. Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo com o poder público; IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2.3 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O estabelecimento do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a realização de audiências ou prestação de contas públicas, assim como o incentivo à participação popular, passa a ser obrigatório como garantia do acesso às informações públicas. A legislação esclarece minimamente como deve ser o SIC dentro dos diversos órgãos:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Para facilitar o acesso à informação e controlar melhor os canais de informação nos diversos órgãos do executivo federal, a Controladoria Geral da União produziu e disponibilizou o sistema e-sic.

O e-sic é um sistema em plataforma web que centraliza todos os pedidos de informação amparados pela Lei 12.527/2011 que forem dirigidos ao Poder Executivo

Federal. Para utilizar o sistema, o cidadão necessita se cadastrar. Após o cadastramento o usuário poderá ter acesso a várias funcionalidades do sistema. Uma função do sistema é para fazer o pedido. No momento do pedido de informação o solicitante escolhe o órgão e a forma de resposta que descreve o pedido e, se quiser, envia anexos. Ao efetivar a solicitação o cidadão recebe um número de protocolo (NUP) de solicitação de informação no padrão estabelecido pela portaria número 3 de 2003 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com o NUP o cidadão pode consultar o andamento do pedido no sistema a qualquer momento, além de rever o pedido, ele pode ver o histórico do pedido e saber se ele foi prorrogado, encaminhado a outro órgão, respondido. Diretamente pelo e-sic o usuário pode obter a resposta, se assim optar, ou receber o comunicado de que a resposta foi enviada por outro meio, quando for o caso. O cidadão pode ainda usar o sistema para fazer recursos na 1ª ou 2ª instâncias.

2.4 O papel da Controladoria Geral da União – CGU

O decreto 7.724 de 2012 que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 no Executivo Federal deixa claro o papel da CGU na atividade de monitoramento da aplicação da lei de acesso à informação.

Art. 68. Compete à Controladoria-Geral da União, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto: I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades, de acordo com o § 1o do art. 11; II - promover campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito

fundamental de acesso à informação; III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública; IV - monitorar a implementação da Lei no 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 45; V - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei no 12.527, de 2011, a ser encaminhado ao Congresso Nacional; VI - monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos; e VII - definir, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei no 12.527, de 2011. Art. 69. Compete à Controladoria-Geral da União e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto, por meio de ato conjunto: I - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização; e II - detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do SIC.

Ao estabelecer procedimentos e rotinas para o fornecimento de informações dos órgãos públicos ao cidadão essa lei mexe com a cultura de segredo preconizada pelas instituições públicas até então. Essa cultura é evidenciada no documento publicado pela CGU:

Em uma cultura de segredo, a gestão pública é pautada pelo princípio de que a circulação de informações representa riscos. Isto favorece a criação de obstáculos para que as informações sejam disponibilizadas (CGU, 2012)

Com a Lei 12.527 o Brasil quer estabelecer nas instituições públicas a cultura de acesso, também definida no documento da CGU:

Em uma cultura de acesso, os agentes públicos têm consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade. (CGU, 2012)

Na mesma linha Rodrigues (2011) versa sobre a problemática do tema acesso à informação de arquivo no Brasil:

abordar os problemas relacionados ao acesso aos arquivos implica um exercício de compreensão da noção de informação a qual, de um ponto de vista histórico, está ligada ao saber nas suas diversas formas: teológico, mítico, filosófico, técnico, científico etc. (p. 258)

2.5 Informação de arquivo no setor público

No documento fruto da Conferência Geral da ONU para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, realizada em Paris em 1997, de nome “Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público”, em sua primeira minuta, apresentada em 2003 estabelece dez princípios considerados essenciais e básicos para elaborar e promover informação governamental de domínio público. Albite (2008) destaca alguns desses princípios que, para ele, são fundamentais:

- 1- A informação do setor público é um recurso nacional valioso. A disponibilidade dessa informação, reconhecida por lei, ajuda a assegurar a liberdade de expressão dos cidadãos, bem como a responsabilidade do governo e de seus órgãos públicos em gerir as operações governamentais, manter o desempenho saudável da economia e prover os serviços essenciais à sociedade. A maximização do fluxo aberto e irrestrito de informação entre o governo e o público é um aspecto fundamental para uma sociedade democrática e para a promoção de uma boa governança.
- 2- Em quase todos os países, o setor público é o maior produtor individual, coletor, consumidor e disseminador de informação. Devido à extensão das atividades de informação do setor público e da dependência dessas atividades da cooperação pública, a gestão de recursos de informação do setor público é uma questão de importância contínua para todas as entidades governamentais e para o público.
- 3- A gestão estratégica e sistemática dos registros oficiais de organizações públicas é essencial. A preservação desses dados a longo prazo protege os registros históricos de entidades públicas, ajuda a garantir a responsabilidade pública e protege os direitos legais e financeiros do setor público e do público em geral.
- 4- Para tanto, temos que evidenciar as ações de aplicabilidade dessa lei nas instituições públicas no que tange os documentos de arquivo e a informação arquivística produzida e/ ou recebida por esses órgãos sem se importar com o suporte ou formato (

OLIVEIRA (2006) entende informação, dentro de uma perspectiva arquivística, como uma representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva, ou de vida de uma pessoa ou família. O autor ainda entende que a informação deve ser passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação, e como recurso para geração de conhecimento ou para o processo de tomada de decisões, podendo ser utilizada por multiusuários e produzir vários sentidos.

Nharreluga (2006) aborda a informação arquivística governamental como toda aquela produzida e acumulada por instituições governamentais, em função de suas finalidades e atividades. Considera diferentes perspectivas sobre a

informação – enquanto recurso, commodity, percepção e constituição social, formulando o seguinte entendimento:

- 1 “A informação reflete e fornece elementos à definição de processos de direção e articulação de ações e atividades em diferentes ambientes;
- 2 A informação excede as tentativas de sua representação em estruturas, articulações e integrações, exigindo formas específicas de sua mediação nos diferentes ambientes de trabalho.
- 3 O poder da informação não reside em si mesmo, ele se potencializa com a circulação e uso da informação, mediante estruturas e canais que envolvem o uso de capacidades adequadas à criação de sua significação para gerar conhecimento.
- 4 A racionalidade das estruturas e canais, bem como dos diferentes programas institucionais que envolvem a produção, uso e disseminação da informação, encontra-se necessariamente referida às políticas de informação, em seu nível de atuação.
- 5 A informação representada no quadro do governo eletrônico – em função do contexto de sua produção – reveste-se de um caráter arquivístico. (NHARRELUGA, 2006, p. 41 e 42)”

Em 2003, foi criado o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública (SIGA), pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro. Sua criação representou um passo indispensável para a promoção da necessidade de articulação dos arquivos dos órgãos públicos federais nos moldes legais e técnicos, garantindo o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas. O SIGA, de acordo com seu decreto de criação, tem como finalidades:

- I - garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais;
- II - integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- III - disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo;
- IV - racionalizar a produção da documentação arquivística pública;
- V - racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública;
- VI - preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal;
- VII - articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal. (BRASIL, 2003)

A Lei de Acesso à Informação não é algo isolado do Brasil. Cook (2011) informa em seu artigo que já existem mais de 85 países que já promulgaram leis de liberdade à informação. Ele observa a importância que a lei possui para os países que a promulgaram e a mudanças que elas causam.

Do mesmo modo, as mudanças feitas por essas leis foram profundas. Serviços de arquivo que cuidam de documentos pessoais, como dossiês de serviço social, ou os dossiês de crianças sob os cuidados de autoridades públicas ou transferidas para o exterior, descobriram que as pessoas que obtiveram acesso podiam precisar de algum aconselhamento pessoal e apoio. (Cook, 2011)

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo descreve como a pesquisa será operacionalizada. Estão incluídos, neste capítulo, os seguintes tópicos: método de pesquisa, técnica de pesquisa e coleta de dados.

3.1 Método de pesquisa

A fim de coletar informações para alcançar os objetivos e esclarecer o problema de pesquisa relatado nos tópicos anteriores serão utilizados métodos qualitativos, buscando estabelecer sempre as relações existentes entre os dados obtidos. Worthenat (2004), destaca que os métodos qualitativos normalmente realizam pesquisas em ambiente natural para descrição substantiva (dados reais) da realidade pesquisada. Utiliza múltiplos métodos de coleta de dados e o pesquisador é o principal instrumento. Nessa perspectiva, os resultados se concentram mais no processo social do que na quantidade ou resultado e utiliza a abordagem indutiva para análise de dados.

Partindo dessa perspectiva, o ponto inicial da pesquisa será reservado para revisões bibliográficas e históricas por meio de pesquisa documental para coleta de informações sobre o acesso à informação pública no Brasil e a lei 12.527 de 2011. A análise desses documentos tem por objetivo definir o contexto de implementação, o problema social atendido pela Lei de Acesso à Informação - LAI, identificação dos problemas e suas respectivas causas, análise das condições externas sob as quais a lei está sendo executada e como essas condições afetam os resultados previstos pela LAI. Além destes objetivos, essas revisões possibilitaram analisar a pertinência da metodologia utilizada para verificação e monitoramento das ações executadas pela UnB na aplicação da lei 12.527 de 2011.

Após o entendimento do funcionamento da LAI, faz-se necessário o levantamento da bibliografia sobre políticas públicas, cidadania e acesso à informação, com a finalidade de compreender quais os modelos de resposta a LAI estão sendo mais utilizados em outras instituições públicas. Em seguida, após uma melhor compreensão teórica do panorama de implementação e da LAI

pretende-se explorar, por meio de um estudo de caso, a implementação da LAI na UnB.

De acordo com, Gil (2002) o estudo de caso “(...) fica intimamente ligado ao contexto ou processo estudado. Nos estudos exploratórios a preocupação central é identificar os fatores que determinam o fenômeno.(...)”. O autor ainda estabelece um conjunto de etapas que podem ser seguidas na maioria das pesquisas definidas como estudos de caso. São elas: 1) Formulação do problema, 2) Definição da unidade-caso, 3) Determinação do número de caso, 4) Elaboração do protocolo, 5) Coleta de dados, 6) Avaliação e análise dos dados e 7) Preparação do relatório.

Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando: 1) se colocam questões do tipo “como” e “por quê”, 2) o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos: e 3) o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Yin (2010)

Pretende-se ter como foco de análise a UnB e fazer um intenso processo de observação, pois, assim como destaca Cardoso “observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação” (1986). Através desse ambiente de observação pretende-se trabalhar com o recurso do diário de campo. A técnica de pesquisa de diário de campo permitirá analisar e relacionar o discurso desta política pública com as práticas que os beneficiários fazem da LAI nesses 6 meses de vigência.

Esta vivência de campo seria uma tentativa de não recair no erro que muitos pesquisadores limitam-se nas suas pesquisas, que segundo Malinowski (1976) é o de apresentar os dados adquiridos, fazendo-os emergir, a partir da mais completa obscuridade, sem qualquer referência aos processos utilizados para sua aquisição. O autor aponta que se faz necessário, alguns princípios, para uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico:

Descrições detalhadas e todos os passos das experiências que efetuou, uma descrição exata dos instrumentos utilizados, da maneira como as observações foram conduzidas, do seu número, da quantidade de tempo que lhe foi dedicado e do grau de aproximação com o qual cada medida foi realizada. (1976)

Malinowski caracteriza a pesquisa etnográfica participante com base em três princípios metodológicos: i) guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios mais modernos do estudo científico; ii) propiciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, de modo geral ter contato direto com o ambiente e com os pesquisados e iii) recorrer a um certo

número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando suas provas.

No primeiro princípio o autor defende que a teoria é o ponto de partida do pesquisador, e que este tem que ter domínio dos resultados recentes da pesquisa científica nos seus princípios e objetivos, no entanto adverte que “estar treinado e atualizado teoricamente não significa estar carregado de ideias preconcebidas”. No segundo princípio o autor acredita ser de suma importância para o êxito da coleta de dados a aproximação e o relacionamento natural do pesquisador com o grupo estudado, pois só assim “aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças...”. No último, Malinowisk (1986) afirma que o pesquisador deve “aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro de evidências” inclusive ele aborda o quanto é importante um diário de campo.

Da Matta (1984) complementa a ideia da necessidade de conhecer e se familiarizar com o grupo de pesquisa, pois assim o pesquisador consegue fazer o movimento de “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico”. Lembrando que o autor caracteriza como complexas e intimamente ligadas, e ao mesmo tempo passíveis de múltiplas interpretações e nunca sendo realmente perfeitas, a noção de exotismo e familiaridade.

Em resumo, todos os fatos devem ser estudados a partir do maior número de manifestações concretas, através do levantamento exaustivo de dados e exemplos detalhados, seja através de questionários, seja através de estatísticas, dos mais variáveis recursos. No entanto, apenas a convivência com o grupo estudado, a observação, é capaz de preencher com “carne e sangue” o “esqueleto vazio das construções abstratas”. Valente (1996).

Para analisar se os processos de implantação nesses seis meses de vigência da Lei 12.527 de 2011 na UnB têm sido efetivo pretende-se fazer entrevista semi-estruturada com a comissão de implementação da LAI. Serão entrevistados membros da comissão estabelecida pela Resolução da Reitoria 033 de 2012, responsáveis pela aplicabilidade da LAI na UnB. Este grupo é composto um número reduzido de participantes, onze servidores da UnB de diferentes setores. Pretende-se entrevistar o maior número de participantes a fim de garantir a representatividade de cada setor da UnB que compõe a Comissão. Após as entrevistas será possível identificar, por meio de discurso dos integrantes da

Comissão, o quanto a LAI tem avançado e ações necessárias para aprimorá-la na UnB.

3.2 Técnica de pesquisa

Partindo dos métodos de pesquisa descritos acima, o ponto inicial desta pesquisa será reservado para revisões bibliográficas e históricas por meio de pesquisa documental para coleta de informações sobre o acesso à informação pública no Brasil e a lei 12.527 de 2011. Assim, a primeira etapa - coleta de informações sobre o problema – pretende ser realizada mediante consultas às seguintes fontes e materiais de domínio público e particular:

- I. Legislação brasileira sobre acesso ou sigilo da informação pública;
- II. Documentos produzidos pela comissão estabelecida pela Resolução da Reitoria 033 de 2012 que institui Comissão para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação;
- III. Decreto 7.724/2012 que regulamenta a lei 12.527 de 2011 no Executivo Federal.
- IV. Documentos produzidos pela Controladoria Geral da União – CGU visando aplicação da lei 12.527 de 2011.

A fim de viabilizar a execução da pesquisa, optou-se por utilizar a técnica de entrevista semi-estruturada. Para alguns autores esse tipo de técnica de pesquisa refere-se à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003). Contudo, precede ao assunto perguntas básicas, a definição de entrevista semi-estruturada.

Manzini (1990/1991, p. 154), explica que a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para ele, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Já Triviños (1987, p. 146) caracteriza a entrevista semi-estruturada como questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. O autor esclarece ainda que, a entrevista semi-

estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Com base no exposto, foram elaboradas quatro perguntas norteadoras para verificar as ações executadas pela UnB, visando o atendimento ao estabelecido na lei 12.527 de 2011. As perguntas norteadoras são:

- I. Qual a primeira ação da Universidade de Brasília para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011?
- II. Quais os desdobramentos dessa ação?
- III. Foi criado na Universidade de Brasília o Sistema de Informação Cidadã previsto na lei?
- IV. No seu ponto de vista essas ações estão sendo suficientes para a implantação da lei na Fundação Universidade de Brasília?

Como o Estudo de Caso do presente trabalho é a Universidade de Brasília (UnB), inicialmente faz-se importante contextualizar o ambiente em que se insere a pesquisa.

3.2.1 Caracterização da Organização

A UnB² é uma universidade pública federal que foi inaugurada em 21 de abril de 1962 e é considerada a maior instituição de ensino superior do centro-oeste do Brasil e uma das mais importantes do país.

A UnB oferece 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 à distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro campi distribuídos pelo Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa. É constituída por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisa especializados.

² Todos os dados desta seção foram extraídos da página eletrônica da Universidade de Brasília. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 30 agosto de 2012.

Quanto à estrutura administrativa, a Universidade de Brasília – UnB está baseada em três princípios fundamentais, conforme rege seu Estatuto: gestão democrática, descentralização e racionalidade organizacional. A estrutura administrativa é formada por Reitoria, Unidades Acadêmicas, Centros, Conselhos Superiores e Órgãos Complementares.

Na tentativa de aplicação da lei 12.527 de 2011 na Universidade, o reitor da UnB, como primeira ação, emite a resolução da reitoria nº 033 de 2012 que institui comissão para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Essa comissão é inicialmente composta por 11 (onze) servidores e possui a competência de implantar as medidas necessárias para, no âmbito da Universidade de Brasília, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, previstas na lei n. 12.527 de 2011, além de outras medidas. Esses onze servidores que compõem a Comissão são lotados em diferentes setores da UnB, a saber: 2 servidores do Gabinete do Reitor (GRE) sendo, um destes, o presidente da Comissão; 2 servidores do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP); 3 servidores do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO); 1 servidor do Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação (CPAI); 1 servidor do Centro de Documentação (CEDOC) e 1 servidor da Secretária de Comunicação (SECOM). São esses 11 membros da comissão a população que será o foco deste estudo.

3.3 Coleta dos Dados

Os documentos que serão analisados são resultantes das ações da Comissão e da Controladoria Geral da União, descritos no tópico 3.2, e foram extraídos da plataforma *moodle* (<http://aprender.unb.br/course/view.php?id=802>), que foi disponibilizada para facilitar a comunicação entre os membros da Comissão estabelecida na resolução da reitoria n. 033 de 2012 da UnB.

Como pode ser observado no tópico 3.2, após a elaboração das quatro perguntas orientadoras para entrevista semi-estruturada, iniciou-se a etapa de convites aos membros integrantes da Comissão. Esses convites foram feitos individualmente por telefone, contudo devido a dificuldades de agenda dos

membros e a necessidade de findar a pesquisa, efetivamente, foram realizadas cinco entrevistas.

Vale destacar que como a Comissão é composta por apenas onze integrantes, o quantitativo de entrevistas garantidas pela pesquisa se mostra representativo. Uma vez que, além de preservar o requisito inicial de representar membros de quase todos os setores da UnB envolvidos com a aplicação da LAI nesta instituição também garantiu que a metade dos participantes da Comissão fosse entrevistada. Faz-se importante destacar que as entrevistas ocorreram no mês de outubro de 2012 e foram gravadas e depois transcritas para facilitar a análise. Elas podem ser observadas no apêndice deste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos a partir dos dados levantados. Inicialmente serão apresentados os resultados descritivos e, em seguida, o resultado da regressão linear entre as variáveis estudadas.

4.1 Resultado da análise documental

A primeira ação documentada da UnB para atendimento e adequação à Lei n.º 12.527/2011 foi a reunião do dia 29/03/2012, sendo a primeira deliberação a definição do ambiente *moodle* como ferramenta de comunicação e interação entre os futuros membros da Comissão de Implantação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. A segunda deliberação dessa reunião foi a discussão sobre onde deveria ser instalado fisicamente o SIC na UnB. Primariamente foram escolhidos como espaços mais adequados para essa nova função o espaço do Protocolo, denominado Subsecretaria de Comunicação Administrativa – SCA, localizado no subsolo do prédio da Reitoria, e o espaço da Ouvidoria localizada no prédio da Biblioteca Central – BCE. Os presentes na reunião ficaram de analisar com mais detalhes sobre qual seria o melhor local para essa nova atividade ser instalada. Outra decisão tomada nessa reunião foi a formalização da Comissão por meio de Ato da Reitoria.

No dia 04/04/2012 foi assinado pelo Reitor da UnB o Ato da Reitoria n° 033 de 2012 que institui comissão para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação na UnB. Essa comissão é composta por dois membros do GRE, três do DPO, dois do DGP, um do CPD, um do CPAI, um da SECOM e um do CEDOC. Sendo as competências dessa comissão:

I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, previstas na Lei n. 12.527/2012; II – monitorar a implementação do disposto na referida Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento; III – recomendar as medidas indispensáveis à implantação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento; IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

No dia 15/05/2012 é realizada a segunda reunião da comissão. É intitulada como segunda reunião, mas oficialmente é a primeira reunião da Comissão, tendo em vista, que a comissão foi oficializada no dia 04/04/2012 com o Ato da Reitoria n. 033 de 2012. Como ação dessa reunião temos a criação de um grupo de trabalho responsável por levantar a informação de quem são os responsáveis pela atualização das diversas páginas no site da UnB, bem como, desenvolver minuta que se refira à rotina de padronização/alimentação necessária para atender ao Decreto 7.724 de 2012. A comissão demanda à servidora Tereza Cristina, da Ouvidoria, o levantamento das necessidades para implantação do “ambiente de atendimento - SIC”, junto à Ouvidoria. Deixa a cargo da SECOM, elaboração de campanha para esclarecimento da Lei de Acesso à Informação com foco no Público Interno da UnB e a cargo do CEDOC elaboração de minuta a ser encaminhada ao DPO para formação de grupo para revisão geral dos fluxos de documentos da UnB. Como sugestão de ações a serem implantadas em médio prazo o membro do CPD deixa a proposta de reestruturação do sistema UnBDoc (sistema de controle de documentos arquivísticos da UnB).

Em 25 de maio de 2012 o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG emite a portaria 233 que disciplina, no âmbito do Poder Executivo Federal, o modo de divulgação da remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, conforme disposto no inciso VI do § 3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Essa portaria estabelece as responsabilidades dos órgãos em divulgar dados sobre pagamento de servidores.

§ 1º As informações previstas no caput serão encaminhadas pelos órgãos e entidades responsáveis até o 10º (décimo) dia útil de cada mês à Controladoria - Geral da União - CGU, em formato por ela definido, para fins de publicação mensal no Portal da Transparência.

§ 2º A CGU deverá publicar as informações recebidas até o último dia útil de cada mês, no Portal da Transparência.

Art. 2º As informações referentes a valores percebidos pelo pessoal civil serão extraídas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão - SEGEP/MP, e encaminhados à CGU no prazo do §1º do art. 1º. § 1º Os valores previstos no caput abrangem parcelas remuneratórias e indenizatórias, salvo, neste último caso, as verbas indenizatórias constantes exclusivamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, que serão encaminhadas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda à CGU. § 2º Os órgãos e entidades que não utilizam o SIAPE enviarão diretamente as informações referentes à remuneração dos seus servidores à CGU, no prazo previsto no § 1º do art. 1º.

No dia 05 de junho de 2012 ocorre a terceira reunião da comissão de implantação do SIC. Foi discutido qual será o posicionamento estratégico do SIC dentro do escopo da Universidade: órgão independente; competência de departamento ou responsabilidade institucional. A DGP informa que não será necessário colocar no site da UnB informações sobre pagamentos de servidores, pois a portaria do MPOG 233 de 2012 determina que é função do Portal da Transparência realizar essa ação. Nessa reunião é definido que o público inicial do treinamento sobre a lei de acesso são os servidores que ocupam cargos de diretores e assistentes, ficando a cargo do DGP verificar a logística para treinamento de mil servidores. O prazo para esse treinamento foi definido para quando o site da UnB estiver em “pleno funcionamento”, ou seja, estiver adequado a fornecer a transparência ativa prevista na lei 12.527 de 2012.

Em 03 de agosto de 2012 ocorre a 4ª reunião da comissão. Nessa reunião há a mudança de presidência da comissão, devido a saída do Chefe de Gabinete do Reitor, sendo, a nova presidente, Vanessa de Castro, do GRE. Foi feita uma apresentação sobre o tema “Lei de Acesso à Informação” pelo Professor Fernando Paulino que estuda o tema desde o ano de 2003. Depois a Ouvidora, Flávia Carlet, fez uma apresentação sobre a Ouvidoria e uma comparação entre a tarefa da Ouvidoria e a tarefa do SIC. A servidora Claudine Andrade juntamente com a servidora Tereza Curado informou à comissão sobre as diversas dificuldades que o SIC estava passando para fornecer o atendimento aos cidadãos, bem como, apresentou os números das demandas de informação pelo SIC formuladas à UnB. A presidente delibera sobre a necessidade de atualizar

Ato da Reitoria 033 de 2012 de criação do COMSIC, bem como, de definição da função de cada membro da comissão e da necessidade de estabelecer reuniões semanais.

No dia 21 de agosto de 2012 ocorre a 5ª reunião da comissão. As servidoras Claudine Andrade e Tereza Curado fizeram uma apresentação sobre a rotina no atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Para facilitar no uso da terminologia pela comissão foi criado no ambiente virtual, *modlle*, um glossário. Foram criados três grupos de trabalho dentro da comissão, sendo o primeiro grupo formado pelo CEDOC e DGP, com a finalidade de sugerir formas de estabelecer a classificação dos documentos quanto ao grau de sigilo previsto na lei 12.527 de 2012. O segundo grupo formado pelo CPAI, com ajuda de todos os participantes, ficou responsável pela implantação do glossário de terminologia no ambiente virtual. O terceiro grupo formado pelo CEDOC, SIC e DPO, com a responsabilidade de aprimorar as rotinas do atendimento do SIC/UnB.

4.2 Resultado da análise das entrevistas

Foram entrevistados cinco dos onze componentes da comissão instituída pela Resolução da Reitoria 033 de 2012. Os membros entrevistados são: Claudine Ilana A. de Andrade A. e Silva, representante do Serviço de Informação ao Cidadão da UnB ligado fisicamente à Ouvidoria e institucionalmente ao Gabinete do Reitor – SIC/GRE/UnB. Essa servidora tem sido a secretária da comissão e ocupa o cargo de Secretária Executiva na UnB. Daniel Olinto Silva Alves, representante do Decanato de Gestão de Pessoas – DGP, assessor da Decana e ocupante do cargo de Administrador na UnB. Liliane Alexandre de Lima, representante do Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO, ocupante da função de Diretora de Processos. Tânia Maria de Moura Pereira, representante do Centro de Documentação, ocupante da função de Diretora, e do cargo de Arquivista na UnB.

De acordo com os entrevistados a primeira ação que a Universidade tomou em busca de atender a Lei de acesso à informação foi a constituição de uma comissão chamada de COMSIC, por meio da Resolução da Reitoria n. 033 de 2012, com a responsabilidade de estudar e viabilizar a aplicabilidade do disposto

na norma. Os entrevistados também apontaram a criação de subgrupos ou comitês de trabalho que estão ligados a diferentes setores, o que pode ser observado nas entrevistas a seguir:

“Foi muito boa, no início nós distribuimos as tarefas em subgrupos. Esses subgrupos determinaram vários trabalhos a serem feitos, eles determinaram fizeram direitinho esses trabalhos. Estava em um volume bom. Definiu-se muita coisa. Concluiu-se muita coisa.”

“Saíram três GTs, são grupos de trabalho específicos um tratando do sigilo, um Tratando com o próprio SIC, dos procedimentos de trabalho do SIC e o outro tratando da padronização dos vocabulários utilizados pela comissão.”

Outro ponto importante evidenciado nas entrevistas se refere ao artigo quinto da resolução de institucionalização dessa Comissão pela Reitoria, que previa, no prazo de noventa dias, a apresentação de um relatório conclusivo para os dirigentes da UnB, dos pontos que avançaram e a avaliação da necessidade de continuidade ou de extinção dos trabalhos da comissão. Contudo, ao serem questionados sobre a entrega e apresentação deste relatório, quatro dos entrevistados afirmam que não têm conhecimento desse relatório e atribuem isso ao fato da mudança do presidente da comissão. Contudo, também destacaram a falta de decisões e até mesmo de tempo, como fatores impeditivos dos trabalhos da Comissão.

“Isso eu não sei, eu acredito que não, porque houve uma mudança do presidente da comissão no meio dos trabalhos o professor Davi deixou a presidência da comissão porque ele se ausentou do país, saiu da UnB e foi substituído pela professora chefe de gabinete. Então esse artigo quinto da resolução, pra mim, foi uma surpresa quando vi que tinha um relatório a ser feito. Eu realmente não sei se ele foi feito, eu acredito que não, porque já houve seis reuniões dessa comissão e a gente não ouviu falar sobre isso.”

“Houve uma campanha eleitoral e a coisa ficou muito tumultuada, claro que isso começou em abril, mas na UnB as coisas acontecem em um tempo muito próprio.”

Contudo, a Diretora de Processos do Decanato de Planejamento e Orçamento destaca que eles elaboraram um relatório que identificava quantidade de demandas, as áreas que sofriam um maior número de solicitações e o tempo de reposta. Nesse sentido, ela considera que eles acompanharam as demandas feitas diretamente pelo cidadão, por meio da implementação do SIC que se refere à questão da transparência passiva. Mas, que não têm como afirmar se este relatório foi formalizado pela Comissão para ser entregue ao Reitor.

Questionados sobre os desdobramentos oriundos da criação da COMISIC, dois dos entrevistados destacam como pontos mais significativos a definição das vertentes de trabalho em resposta ao sistema de transparência ativa e passiva. Esses sistemas são entendidos como complementares e não difusos e são bem explicados pela entrevistada Liliane:

“A transparência ativa é quanto mais você coloca disponível a informação de forma transparente. Você já dá acesso ao cidadão daquela informação que ele precisa. Assim temos menos demanda por informação de forma passiva, ou seja, aquilo que não está disponível é claro que vai ser objeto de demanda, aquilo que você já consegue antever em razão das demandas que já acontecem publicando, você já coloca por meio da transparência ativa. Assim vai diminuindo a demanda pela passiva, então eu penso que os dois são complementares e que não houve confusão.”

A entrevistada ainda analisa que “a transparência ativa teve de início uma atenção e que agora em razão de várias necessidades a transparência passiva acaba tomando mais corpo”.

“É decidiram duas vertentes o sistema de transparência ativa e passiva. Ativa ficaria responsável o CPD, a responsável pelo mapeamento de processos e outros membros para já disponibilizar no atual site da Universidade informações básicas e relacionadas à Universidade. Pois eles já tinham isso no banco de dados. E nós ficamos na outra parte que seria a construção, propriamente dito, do SIC.”

Essa questão da transparência passiva ser mais atendida é explicada pela entrevistada Shirley:

“Pois é, a ativa que empacou, porque alguns membros da comissão não concordavam em colocar no mesmo local a transparência ativa e passiva. A partir disso, começou a ir lá e pedir informação e também colocar uma pessoa no computador atualizado as informações da UnB inteira dos departamentos...Por isso, que essa parte ativa parou. Porque alguns queriam que fosse aqui na SECOM outros queriam que fosse lá na própria ouvidoria. Como não houve um consenso isso atrapalhou muito...”

Os outros dois entrevistados destacam como pontos importantes de desdobramento da criação da Comissão a implantação e a definição do espaço físico da transparência passiva do SIC nas dependências da UnB, que está situada e funcionando de modo precário na biblioteca. Todos os entrevistados reconhecem que o seu funcionamento ainda está sendo estruturado e que nem

todas as situações estão sendo atendidas conforme prevê a Lei, seja por falta de recursos ou de infraestrutura disponível.

“Foi criada a estrutura e ela tá funcionando precariamente dentro da biblioteca, sem definição dos seus procedimentos, com muita dificuldade para uma pessoa só ou duas, tratando uma questão desse porte... a gente vê a ação prática sem as ações normativas para efetiva-las.”

A servidora designada para ser a responsável pelo atendimento do SIC, Claudine, observa que o SIC não está conforme o estabelecido na lei e nem completamente estruturado para atender as demandas de informação dos cidadãos.

“Não, ele na verdade esta conforme o escopo pedido, só que ele não esta atendendo tudo o previsto na lei, não foram todos os tópicos que a lei exige que foram colocados. Não está em atendimento pleno, na verdade, nós temos atendimento ao cidadão, mas ainda, não estamos no local ideal, com os equipamentos ideais, e ainda quanto à transparência ativa nós ainda não temos atendido aqueles seis incisos que consta da lei, acho que são, se não me engano no artigo oitavo, acho que tem seis incisos lá que preveem o atendimento mínimo que o SIC tem que ter. Nós já temos alguns implantados por causa da transparência ativa, só que ainda faltam os atendimentos de todos. Então posso dizer que não está de todo completo, mas já estamos atendendo e nossas demandas não estão atrasadas”.

(Claudine)

Questionada sobre o quantitativo de solicitação e atendimento que o SIC na UnB sofreu nesses seis meses de vigência da lei a servidora Claudine informa que já foram 120 solicitações e que todas foram atendidas dentro do prazo estabelecido pela Lei.

São cento e vinte solicitações, é mais ou menos em trâmite percorrido, mas temos algumas solicitações em fase de recurso e muitas dessas 120 tem coisas em andamento dentro do prazo, porque muitas das perguntas são realmente bem complexas.

(Claudine)

Ela também informa que esse número de 120 solicitações, são os pedidos de informações solicitadas no sistema disponibilizado pela CGU. Ela estima que podem ser muito mais solicitações feitas à UnB e que a Universidade não possui mecanismos para mensurá-las.

Infelizmente esse cento e vinte é um número muito aquém, na verdade é apresentado na UnB como demanda nas próprias unidades, como também poderiam ser pedidas através do sistema,

infelizmente esses 120 é um número que só demonstra aquelas pessoas que procuram diretamente o sistema do CGU o que é infimamente, hoje não tem como a gente ter noção do como é maior esse número, na verdade acho que a menor parte dessas solicitações passa pelo sistema da CGU. (Claudine)

Contudo, a entrevistada Shirley analisa que o portal da UnB da transparência ativa “vai dar muita informação ao cidadão, dispensando a parte que é física; a reposta diretamente, a pessoa ir lá fisicamente e pedir informação. Se tivesse tudo isso ou se já tivesse muita coisa no portal ia ajudar muito as pessoas que estão trabalhando lá na parte física.”.

Questionada sobre quais dificuldades o SIC possuía em atender as solicitações de informações sigilosas a servidora Claudine informou que a UnB tem um grupo de trabalho que esta estudando a forma de proceder com esse tipo de informação, mas que nesse momento ainda estava confuso esse tema na universidade.

Na verdade isso tá confuso ainda, o que é sigiloso ou não sigiloso tem que estar já estabelecido dentro da UnB, mas não está. Nós estamos com um grupo de trabalho dentro da COMSIC que esta responsável por determinar o grau de sigilo, quem seria os responsáveis para determinar o grau de sigilo de certos grupos de documentos, então na verdade quando vem uma demanda que nós temos alguma dúvida que possa ser dada ou não, agente aciona diretamente o departamento e pede que o departamento veja dentro do escopo, porque muitas vezes os departamentos não sabendo que isso vai ser uma informação dada ao cidadão ele responde sem saber que aquela informação caracterizaria de cunho reservada muitas vezes, porque não digo sigiloso, porque o grau de sigilo confia a pessoa tendem a saber, mas eu acho, talvez porque, as perguntas as vezes é de cunho muito pessoal, como exemplo a solicitação de CPF de servidores, enfim, agora nós temos essa dificuldade na questão do sigilo, só que dentro do SIC tem havido uma demanda muito grande de assuntos repetido e que nós já sabemos, por bem que são divulgáveis enfim... (Claudine)

Quando questionados se as ações que a UnB tem tido estão sendo suficientes na implementação da lei, todos os entrevistados acreditam que não e que as ações ainda são muito preliminares, mas que foram suficientes para iniciar o longo trabalho. Pois, este trabalho mexe com mudanças paradigmáticas, culturais e que dependem de um plano de ação de curto, médio e longo prazo.

Essas ações são muito preliminares, falta um envolvimento maior da Universidade, da comunidade como um todo, também falta uma divulgação mais efetiva. A UnB tem uma característica muito própria de organização, então à questão da informação aqui, no ponto de vista da lei, no meu entendimento é a informação arquivística, para isso, falta definir quem é o responsável pela gestão da informação arquivística na UnB. Esse é o primeiro ponto, outro ponto, é a questão da comunicação dessa informação para sociedade, seria o uso do portal da universidade, a comunicação na internet, isso também tá muito indefinido, pois ainda falta um gestor desse aspecto e falta também melhor estrutura no SIC para que ele dê conta dessa atividade. (Tânia)

Até o momento, como agente esta dentro da Universidade de Brasília, como estamos nessa fase um pouco delicada, nessa troca de gestão a movimentação tem sido pouca em relação a comissão de implantação, então tem havido pouco ou quase nenhuma ação direcionada a efetivação a continuidade do trabalho, então na verdade nesse momento não, as ações não estão suficientes para que seja implantada até o final. (Claudine)

No mais, a diretora do CEDOC destacou que a lei de acesso é uma mudança de perspectiva, e que no ponto de vista do cidadão essa lei vem um momento muito apropriado. Porém, no ponto de vista do servidor e da instituição, tem que haver uma mudança muito profunda na cultura organizacional para que as coisas se efetivem como a lei prever. É um momento bom para a gente conseguir implantar a gestão de documentos na UnB e trabalhar melhor essa questão da informação.

Observando as palavras dos entrevistados percebe-se que todos atribui a mudança de gestão, tanto do Reitor quanto do presidente da COMSIC, boa parte da inoperabilidade da aplicação das ações para implantação da Lei na UnB.

A gente tá vivendo outro momento peculiar na transição de um Reitor para outro. Então acredito que nesse final de mandato as coisas não vão acontecer e acho que vai haver uma espera pela nova gestão para que essa nova gestão tome as ações devidas. Por enquanto tá tudo muito parado. (Tânia)

Pelo que eu vi e pelo que foi notado o impacto foi grande, porque não ocorreram registros das reuniões anteriores da forma ideal. Ai dessa situação toda a memória de atividades e decisões que foram tomadas antes tiveram que ser revistas novamente para atual responsável pela comissão tomar pé da situação e estamos nessa situação até hoje. (Daniel)

Já a servidora Liliane, destaca que a lei de acesso é um salto na democracia, e que ela está sendo tomada como a seriedade que ela prevê. Ela realmente trará grandes mudanças estruturantes e necessárias para que se cumpra o que esta prevista na constituição.

A servidora Shirley revela também que foi feita uma intensa pesquisa com as outras universidades para ter um modelo de implantação da Lei na UnB. E que o modelo das outras universidades que já implantaram o sistema e tem itens muito claros que podem ser aproveitados para tocar e continuar.

Daniel também destaca a etapa do curso de gestão documental. Acredita que, com este curso, seja possível consolidar tanto o atendimento a solicitações do cidadão quanto melhorar os procedimentos documentais na UnB.

4.3 Discussão dos resultados

A ação inicial da UnB ocorreu tardiamente, somente no final de março de 2012, faltando dois meses para o final do prazo de implantação da Lei de Acesso, com a criação da Comissão. Isso se constata na ata da reunião acontecida em 29 de março de 2012, porém esta reunião aconteceu antes da emissão da Resolução da Reitoria que cria a Comissão, então não pode ser considerada a primeira reunião da COMSIC, posto que ela não existia. Essa reunião aconteceu para alertar as pessoas sobre a necessidade de atendimento à Lei de Acesso e também de confirmação da inclusão dos presentes numa provável comissão de implantação da norma.

Outro aspecto observado é que, no âmbito da COMSIC, há uma dificuldade de identificação e definição da função atribuída a cada membro, a exemplo do que está registrado nas deliberações da ata da quarta reunião, onde a Presidente expõe a “necessidade de atualizar a Resolução da Reitoria nº33/2012, bem como de definição da função de cada membro da Comissão e de estabelecer reuniões semanais para a Comissão”. Esse aspecto é destacado, mas pode ser um reflexo da indefinição das competências de cada unidade no contexto da Universidade. Isso está explícito na ata, da intitulada segunda reunião da Comissão, onde é

criado um grupo de trabalho encarregado de “levantar a informação de quem são os responsáveis por atualizar as páginas no site da UnB”. Tudo isso sugere uma insegurança geral e dificulta a tomada de decisões.

A falta de definição das funções acarreta ainda outros desdobramentos que impactam na efetividade das ações discutidas e propostas nas reuniões da Comissão. Entre eles, a complexidade em definir a localização da estrutura do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC). Inicialmente, foram sugeridos dois locais possível de recebimento do SIC: a Ouvidoria ou o Protocolo, sendo que, oficialmente, este último possui a denominação de Subsecretaria de Comunicação Administrativa (SCA), o que demonstra o desconhecimento das estruturas da Universidade pelos membros da Comissão. Por outro lado, a Ouvidoria foi o local escolhido para o estabelecimento do SIC, porém a escolha não foi registrada nas atas das reuniões, nem ratificada pelos membros. Não foi encontrados documento nem registro de discussão sobre a elaboração de normativa de instalação desse novo serviço na UnB. Correlato a isso, não houve divulgação para as unidades administrativas e acadêmicas sobre a existência dessa nova atividade.

Decorrente do pouco debate sobre a instalação do SIC, temos um serviço extraoficial e semiestruturado, isso é constatado pela entrevista da servidora Claudine quando questionada sobre a implantação do SIC na UnB previsto na Lei que respondeu:

na verdade está conforme o escopo pedido, só que ele não está atendendo tudo o previsto na lei, não foram todos os tópicos que a lei exige que foram colocados. Não está em atendimento pleno, na verdade, nós temos atendimento ao cidadão, mas ainda, não estamos no local ideal, com os equipamentos ideais.

Com a instalação prematura do SIC não houve tempo hábil para definição da estrutura mínima e dos procedimentos de atendimento às demandas dos cidadãos. Isso é notado na ata da quinta, isto é, quando o SIC já estava em plena atividade é criado o grupo de trabalho dentro da Comissão com a finalidade de “aprimorar as rotinas do atendimento do SIC”. Este grupo ainda não teve tempo para apresentar seus resultados. A consequência disso é que o serviço está

atuando de forma precária e instável. Daniel confirma essa informação em entrevista:

SIC previsto na lei eu creio que não. Parcialmente ele tá, digamos que, metade dele tá em funcionamento, assim pelo que tô sabendo, ele ainda está sendo estruturado e tem situações que não está sendo atendida, de acordo com a Lei, por falta de infraestrutura ou por falta de recursos disponível, ou falta de pessoal. Ainda tá precisando ser concluído a implantação.

A atuação do SIC sem o estabelecimento de procedimentos mínimos resulta em diversas dificuldades relacionadas ao atendimento das solicitações de informação. Isso está registrado na ata da quarta reunião da Comissão, onde as servidoras Claudine e Tereza apresentam as dificuldades, que não foram detalhadas na ata. Porém, na entrevista da Claudine fica clara a confusão sobre os documentos sigilosos que ainda não foram classificados na UnB. Nota-se que apenas na quinta reunião é criado um grupo de trabalho, dentro da Comissão, para discutir os procedimentos de classificação de sigilo, o que inclui a atribuição das competências para classificar. A entrevista da servidora Claudine deixa isso bem claro:

o que é sigiloso ou não sigiloso tem que estar já estabelecido dentro da UnB, mas não está. Nós estamos com um grupo de trabalho dentro da COMSIC que está responsável por determinar o grau de sigilo, quem seria os responsáveis para determinar o grau de sigilo de certos grupos de documentos, então na verdade quando vem uma demanda que nós temos alguma dúvida que possa ser dada ou não, a gente aciona diretamente o departamento e pede que o departamento veja dentro do escopo.

Contudo, observa-se que a Comissão debateu e trabalhou exaustivamente vários pontos que não se concretizaram por diversos motivos, como, por exemplo, as inovações trazidas pela Lei que representa em vários aspectos, uma mudança de paradigma. Ou seja, estamos saindo de uma Administração Pública que tradicionalmente prevê o sigilo, para uma que privilegia o acesso à informação na busca da concretização de uma democracia plena.

Nota-se que de fato a implementação do SIC, foi a ação possível de ser executada no contexto da UnB, nesses seis meses de vigência da Lei de Acesso à Informação. Talvez os problemas advindos da mudança de Presidência da Comissão e da eleição para Reitor da Universidade tenham dificultado os

trabalhos da Comissão e com isso, retardado a efetivação das diversas ações propostas e discutidas, muitas vezes de forma acalorada, nas reuniões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi executado de maneira sistêmica na busca de identificar as ações promovidas pela UnB na tentativa de implantação da lei 12.527 de 2012. Essas ações foram identificadas, relatadas, analisadas e discutidas por meio de uma análise documental e uma entrevista semi-estruturada. A metodologia se mostrou adequada e o resultado foi discutido no tópico 4.3.

Vale ressaltar as facilidades e dificuldades encontradas na execução deste trabalho. Como facilidade temos a participação efetiva, como membro não oficial, da Comissão de Implantação da Lei de acesso na UnB do pesquisador dessa monografia. Isso o ajudou a entender a complexidade do tema acesso à informação na universidade e as diversas barreiras estruturais as quais a UnB terá que ultrapassar para, de fato, atender o cidadão em suas demandas informacionais. Como dificuldades temos a falta de documentação que justificasse diversas ações implantadas e discutidas no âmbito da Comissão. Isso dificultou algumas análises mais profundas sobre temas relacionados à Lei na UnB.

A Lei de Acesso à Informação alinha o Brasil com outros países na busca da democracia e da transparência dos atos públicos. Contudo, seis meses é pouco tempo para avaliar os desdobramentos relacionados a ela, bem como, a sua efetiva execução pelas instituições do Estado. Notadamente observamos a princípio, uma necessidade de fortalecimento da Comissão e do SIC na UnB, bem como, uma maior difusão dos preceitos da norma para os diversos servidores da instituição, facilitando assim a comunicação e o atendimento ao cidadão.

Após esse estudo sobre a Lei de Acesso à Informação alguns questionamentos ficaram fora do escopo desse trabalho, mas se mostra necessário o estudo deles para facilitar a aplicação dos preceitos da norma. Os problemas relatados neste trabalho sugerem a necessidade de verificar a exequibilidade dos ditames previstos na Lei 12.527 de 2011 e no Executivo Federal pelo Decreto 7.724 de 2012. É necessário também verificar se não é uma anomalia a obrigatoriedade de criação do Serviço de Informação ao Cidadão

dentro dos diversos órgãos públicos, tendo em vista que o atendimento e o fornecimento de informação é um preceito do serviço público, ou seja, não seria obrigação originária das diversas unidades das entidades públicas o fornecimento de informação ao cidadão? Para o Executivo Federal surge outro questionamento: a função de monitorar a aplicação da Lei, estabelecida no Decreto 7.724 de 2012, não extrapolaria a função originária da Controladoria Geral da União – CGU? Por outro lado, será que a CGU possui capacidade, estrutura e servidores para atender, com qualidade, a mais essa função, que parece ser exaustiva, complexa e trabalhosa?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acessado em 18 de setembro de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 ago. 2012.

BRASIL. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 15 dez. 2003. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Decreto nº 27.583, de 14 de dezembro de 1949**. Aprova o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D27583impressao.htm. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967**. Aprova o regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417.htm#art4. Acesso em 18 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79099.htm#art4 Acesso em 19 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997**. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm#art35>. Acesso em 19 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras. Disponível em: <[providências.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm#art69](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm#art69)>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005.** Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11111.htm>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, de 18 de novembro de 2011.

COOK, Michael. **Liberdade de informação:** influência sobre a prática profissional em gestão de arquivos. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 245-256, jan/jun 2011. 249 p.

DA MATTA, R. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1984.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Ato da Reitoria nº 033, de 04 de abril de 2012.** Institui comissão para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação (Lei 12.527 de 18/11/2011).

MALINOWISK, B. **Argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril Cultura. (Coletânea: Os Pensadores), 1976.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

NHARRELUGA, Rafael Simone. O governo eletrônico em Moçambique: uma reflexão sobre políticas públicas de informação. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação). - IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Legislação de acesso aos arquivos no Brasil:** um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 257-286, jan/jun 2011.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, A. L. E. F. **Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional**. Revista Pro-posições, Vol.7 Nº 2, 1996.

WORTHENAT AL. **Avaliação de programas**: concepção e práticas. Edusp. São Paulo, 2004

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo, Editora Bookman, 4ª Edição - 2010.

6 APÊNDICES

6.1 ENTREVISTA I

Domingos: Tânia, esse é um trabalho de monografia da especialização em Gestão Universitária. Você é uma dos membros da comissão de implantação da Lei de acesso na UnB? Este trabalho visa evidenciar as ações que foram tomadas na UnB, durante esses seis meses de vigência para aplicação da lei de acesso a informação. É uma entrevista semiestruturada, e nós temos quatro perguntas norteadoras, tá bom? Só para confirma os dados, seu nome é Tânia Maria De Moura Pereira, você é do Centro de Documentação da UnB e ocupa a função de Diretora do CEDOC, seu cargo na UnB é arquivista?

Tânia: Isso mesmo!

Domingos: Qual a primeira ação da UnB para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011?

Tânia: A primeira ação da UnB foi constituir uma comissão, por meio da Resolução da Reitoria n. 033 de 2012 que tem a função de assegurar o cumprimento das normas relativas à Lei de acesso, e essa comissão tem como presidente o chefe de gabinete que era o Professor Davi e que agora é a professora Vanessa, outros membros são pessoas do DGP, Gabinete do Reitor, DPO, da SECOM e no do CEDOC, que no caso sou eu, mais tem você participando como membro sem tá formalizado, mas tá como participante. Essa resolução ela foi à primeira ação que a UnB tomou do cumprimento a essa lei, essa comissão tem função de analisar a lei e ver as condições de implementação dela na UnB.

Domingos:- Você tem conhecimento do artigo quinto da resolução que diz: à comissão devesse apresentar relatório conclusivo em noventa dias, após será determinado a sua extinção ou a continuidade de seus trabalhos. Ouve esse relatório?

Tania:- Isso eu não sei, eu acredito que não, porque houve uma mudança do presidente da comissão no meio dos trabalhos o professor Davi deixou a presidência da comissão porque ele se ausentou do país, saiu da UnB e foi substituído pela professora chefe de gabinete. Então esse artigo quinto da resolução, pra mim, foi uma surpresa quando vi que tinha um relatório a ser feito. Eu realmente não sei se ele foi feito, eu acredito que não, porque já houve seis reuniões dessa comissão e a gente não ouviu falar sobre isso.

Domingos: Seguindo para segunda questão, quais os desdobramentos dessa ação?

Tânia:- Então essa comissão conseguiu implantar o SIC nas dependências da UnB, mais precisamente, na biblioteca. Eu sei que lá estão duas pessoas tomando conta disso junto com a Ouvidoria, desse grupo também, saíram três GTs, são grupos de trabalho específicos um tratando do sigilo, um Tratando com o próprio SIC, dos procedimentos de trabalho do SIC e o outro tratando da padronização dos vocabulários utilizados pela comissão.

Domingos: O Outro trata da questão da nomenclatura.

Tânia: Isso um trata do glossário. Porque nas reuniões, nessas seis reuniões que já acontecerão muito foi dito e prática foi executado, tenho percebido a participação efetiva de alguns membros, como por exemplo, o professor Bordini que é o diretor do CPD, e o pessoal da SIC, Claudine e a Tereza, eu o Domingos, Liliane têm participado ativamente e a Shirley que é da SECOM, que ficou substituindo a professora designada. Então as pessoas tem se articulado bastante, mas a coisa não saiu do âmbito da comissão, tá ainda em discussão em nível de comissão, não conseguiu extrapolar o âmbito da comissão e sensibilizar a comunidade, eu entendo que a dificuldade disso é por causa desse momento de transição que a gente tá vivendo; claro que é o momento da transição da Reitoria. Houve uma campanha eleitoral e a coisa ficou muito tumultuada, claro que isso começou em abril, mas na UnB as coisas acontecem em um tempo muito próprio.

Domingos: Então, acho que já podemos partir para terceira questão, que eu acho que você já respondeu, mas eu vou reafirmar ela aqui. Foi criado o SIC previsto na lei?

Tânia: Foi criada a estrutura e ela tá funcionando precariamente dentro da biblioteca, sem definição dos seus procedimentos, com muita dificuldade para uma pessoa só ou duas, tratando uma questão desse porte.

Domingos: Foi criado um setor ou simplesmente o colocaram lá.

Tânia: Eu acho que criaram uma sala, abriram uma sala e falaram esse é o SIC, agora na estrutura da Universidade isso não foi criado como uma unidade orgânica.

Domingos: Você não consegue visualizar então!

Tânia: Não. Para mim, não foi criado, porque não tenho conhecimento dessa normativa de criação desse setor, é possível que tenha sido, mas não tenho conhecimento, a gente vê a ação prática sem as ações normativas para efetivá-las. Falta uma questão de sensibilização, de envolvimento da comunidade.

Domingos: Então entre aspas o que aconteceu foi que a resolução que é o ponto inicial, ela só surge em abril, e a lei é de novembro de 2011, mais a resolução que é a primeira ação só começa em abril?

Tânia: É isso e bem característico do tempo próprio da UnB, o que acontece a lei foi promulgada em novembro de 2011 com seis meses para entrar em vigência. Com isso as instituições públicas esperaram chegar próximos dos seis meses pra tomar ações efetivas, e isso que aconteceu na UnB, aqui a pessoa que era chefe de gabinete era procurador da república, com certeza ele sabia desse prazo, então ele se adiantou e providenciou a emissão da resolução para que a coisa acontecesse no prazo. O problema de ter sido quase no fim do prazo não é tão agravante no meu entendimento, o que dificulta é a falta de comunicação entre os setores e a divulgação efetiva.

Domingos: Então a gente parte para quarta pergunta, no seu ponto de vista essas ações estão sendo suficientes na implementação da lei na FUB?

Tânia: Não. Essas ações são muito preliminares, falta um envolvimento maior da Universidade, da comunidade como um todo, também falta uma divulgação mais efetiva. A UnB tem uma característica muito própria de organização, então à questão da informação aqui, no ponto de vista da lei, no meu entendimento é a

informação arquivística, para isso, falta definir quem é o responsável pela gestão da informação arquivística na UnB. Esse é o primeiro ponto, outro ponto, é a questão da comunicação dessa informação para sociedade, seria o uso do portal da universidade, a comunicação na internet, isso também tá muito indefinido, pois ainda falta um gestor desse aspecto e falta também melhor estrutura no SIC para que ele dê conta dessa atividade.

Domingos: Então o que você tá afirmando é que a UnB ainda não consegue atender por completo a solicitação de informação que o cidadão venha a fazer?

Tânia: Não.

Domingos: A UnB não tem a capacidade, nesse exato momento, de atender todas as solicitações de informações do cidadão?

Tânia: No meu entendimento não tem. A UnB tá com um conceito muito preliminar e incipiente para dar conta dessa realidade.

Domingos: Você acredita que em um tempo curto a UnB consiga resolver esse problema, e ter ações mais concretas no que diz respeito a essa lei de acesso?

Tânia: Eu acredito que sim, mas a gente tá vivendo outro momento peculiar na transição de um Reitor para outro. Então acredito que nesse final de mandato as coisas não vão acontecer e acho que vai haver uma espera pela nova gestão para que essa nova gestão tome as ações devidas. Por enquanto tá tudo muito parado.

Domingos: Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar nesse aspecto da implementação da lei de acesso na UnB?

Tânia: Tenho, eu gostaria de falar que a lei de acesso é uma mudança de perspectiva, eu acho que no ponto de vista do cidadão fiquei muito contente com essa lei, e acho que veio em um momento muito apropriado, porém no ponto de vista do servidor e da instituição tem que haver uma mudança muito profunda na cultura organizacional para que as coisas se efetivem como a lei prever. É um momento bom para a gente conseguir implantar a gestão de documentos na UnB e trabalhar melhor essa questão da informação. Um seminário que vai acontecer agora dia primeiro decorrente desses movimentos de identificação do que é

memória, do que é documento na UnB, o seminário vai acontecer dia 22 e 23 de outubro de 20102 que é significativo e um marco nesse processo de mudança.

Domingos: Entender o que é informação ajuda a atender os cidadãos na solicitação de informação?

Tânia: Sim. Entender o que é informação é fundamental, Informação é um conceito muito amplo, muito difuso, então é preciso entender o que é informação, o que é informação arquivística principalmente. E o cidadão além de saber que ele tem acesso a informação ele tem que saber os limites desse acesso. Eu acho que isso é fundamental para que ele consiga o devido acesso, sem entender os limites ele não vai saber.

Domingos: Há dificuldade na UnB de entender o que informação passiva e ativa que a lei estabelece?

Tânia:- Acho que não só na UnB no executivo em geral, nos órgãos públicos em geral tem essa dificuldade o que é informação ativa e passiva. Eu acho que a CGU tem feito um trabalho muito amplo de divulgação ou foi feito mais amplamente no início do ano, agora a coisa tem meio que esfriado, mas é um trabalho que não pode parar, constante conscientização para que a haja esse entendimento da lei, até onde ela pode ir, acho que o cidadão tem direito de saber e entender o que ele pode conseguir.

Domingos: Tânia, muito obrigado pela entrevista e muito obrigado pela contribuição no meu trabalho.

Tânia: De nada... Boa Sorte.

6.2 ENTREVISTA II

Domingos: Esta entrevista está sendo gravado, tem algum problema?

Liliane: Não.

Domingos: Este é um trabalho de monografia a ser apresentado no curso de gestão Universitária, Objetivo dessa monografia é verificar as ações executada pela UnB para implantação da Lei 12.527 de novembro de 2011 nos seus primeiros seis meses de vigência. É uma entrevista semiestruturada norteadas por quatro perguntas. O seu nome, É Liliane Alexandre De Lima? Você é do departamento DPR (Diretoria de Processos Organizacionais), e o sua função é de Diretora. Você faz parte da comissão de implantação da lei de acesso na UnB?

Liliane: Sim. Faço parte da comissão desde o início.

Domingos: Qual a primeira ação da UnB para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011?

Liliane:- A primeira ação foi a criação da comissão na instituição. E de alguns subgrupos que iria tratar de assuntos relacionados à lei de acesso.

Domingos: Nessa institucionalização dessa comissão, não sei se você leu a resolução que criou a comissão, o artigo Quinto determinava que em noventa dias a comissão apresentasse um relatório para a os dirigente da UnB, onde ela diria os pontos que teria avançado e se teria necessidade de continuidade ou não da comissão. Você tem ideia se esse relatório foi realmente entregue ou se esse relatório não existiu?

Liliane:- Nós tivemos algumas reuniões, e após a implementação do SIC que se refere à questão da transparência passiva, Aquelas demandas diretamente do cidadão. Em resposta, então, a gente teve sim um relatório que identificava por parte desse grupo quantidade de demandas, quais eram as áreas que sofriam um maior numero de questionamento e o tempo de reposta. Nós da comissão recebíamos um retorno de como estavam o andamento das áreas.

Domingos: Mais esse relatório nunca foi formalizado pela comissão para entregar ao Reitor?

Liliane: Eu não tenho como confirmar para você.

Domingos: Não tem conhecimento? Quais os desdobramentos dessa ação tentativa de implantação na Lei de acesso na UnB?

Liliane: Agente teve dois momentos. No primeiro momento em que a gente tava trabalhando muito, porque a comissão sofreu também uma mudança de coordenação, e nessa mudança de coordenação teve uma retomada de ações que tinham sido começadas. Então a primeira coisa era agente toma pé do que a Lei solicitava. Em princípio houve pessoas que se dedicaram mais a cuidar destes aspectos da transparência ativa, que foi uma preocupação que participei desde o princípio, que era o rol de informações que já deveriam está disponível no portal da UnB. Foi quando a gente se deparou com esse universo de informações, e como e em que nível ela seria disponibilizada, se seria por unidade ou pela universidade. E o que a gente já tinha de informação no portal de transparência e que muito das exigências já faziam parte da Lei anterior de transparência publica, envolvendo contrato. Em paralelo o grupo também instituiu e cuidou da parte que trata da transparência passiva. Então o que a gente percebe é que a transparência ativa teve de inicio uma atenção e que agora em razão de várias necessidades a transparência passiva acaba tomando mais corpo.

Domingos:- O que eu tenho percebido nas outras entrevistas e que parece que há uma confusão entre transparência ativa e passiva, Você notou isso nas reuniões da comissão?

Liliane:- Não! Pra mim não há uma confusão. A transparência ativa é quanto mais você coloca disponível a informação de forma transparente. Você já dá acesso ao cidadão daquela informação que ele precisa. Assim temos menos demanda por informação de forma passiva, ou seja, aquilo que não esta disponível é claro que vai ser objeto de demanda, aquilo que você já consegue antever em razão das demandas que já acontecem publicando, você já coloca por meio da transparência ativa. Assim vai diminuindo a demanda pela passiva, então eu penso que os dois são complementares e que não houve confusão.

Domingos: Foi criado na UnB o SIC previsto na Lei? O setor SIC?

Liliane:- O setor SIC foi criado, mas percebo que ele precisa de tempo para amadurecer, para se estruturar, mas ele foi criado com uma estrutura incipiente, com poucas pessoas e ainda com algumas questões indefinidas, mas sim, existem pessoas trabalhando no sentido de buscar a estruturação e dedicadas. Mesmo que dessa forma sem a estrutura necessária, mas já fazendo um serviço. Pois o que eu acho mais importante na questão é o cidadão mando questionamentos, e ele precisa de uma resposta. E isso, esta sendo feito, então, dentro das próprias instituições esse espaço do SIC, como e que eu posso dizer, cada unidade ia ver a melhor forma de estabelecer. Nós tínhamos as orientações básicas, mas cada órgão terá que decidir qual melhor forma de atender as necessidades desse novo serviço.

Domingos: No seu ponto de vista as ações implementadas pela UnB estão sendo suficientes para implantação da Lei na FUB.

Liliane: Assim, o que percebo, é que não as ações que foram implementadas, que na verdade para implementar um sistema como esse é precisar haver uma mudança grande de várias coisas dentro da universidade, você não tem uma ação você tem um plano de ação, inclusive você precisa de um plano de ação de curto de médio e de longo prazo. Agente percebe que são camadas e camadas de mudanças estruturantes para que você consiga realmente ter a transparência. Saber no caso, vamos falar da transparência passiva agora, saber da classificação de sigilo, saber que tipo de informação eu já posso estruturar para deixar disponível como transparência ativa, como é que eu faço para que todas as pessoas conheçam o que existe. Tramite que tem prazo tem que ter um fluxo próprio, e isso são questões de mudança cultural. E isso leva tempo. Então as ações que foram tomadas foram suficientes para iniciar os trabalhos. O que a comissão nesse momento esta olhando, sabendo que nesse contexto de transição, inclusive de Reitoria, é uma necessidade de deixar um material de onde esse grupo possa dar subsídios para que, no caso, havendo mudanças nos membros da comissão aproveitar aquilo tudo que já foi discutido, que foram inclusive elementos conceituais sobre questões de informação e comunicação.

Domingos: Você não acredita que essas ações dentro da UnB estão sendo um pouco lenta, talvez o tempo próprio, se poderia dizer assim, da universidade, acha que na UnB demora um tempo para as ações serem executadas?

Liliane: Acho que todo processo, como eu trabalho com processos, eu posso dizer para você que todo processo mais estruturante demora. Então, não é só o caso SIC é em toda mudança neste nível de conceito e de entendimento. É uma mudança de paradigma!

Domingos: Liliane tem mais alguma coisa sobre essa implantação da Lei de acesso na UnB que você gostaria de falar?

Liliane: Bom, eu gostaria de falar sobre a própria lei de acesso, que isso é um salto na democracia, e que ela está sendo tomada como a seriedade que ela prevê. Ela realmente trará grandes mudanças estruturantes e necessárias para que se cumpra o que esta prevista na constituição.

Domingos: Você acha que as instituições têm a ganhar com a Lei de acesso?

Liliane: Só tem a ganhar! Não só com a implantação da Lei de acesso, mas com tudo que permeia esse novo paradigma. Vai mexer com a questão da Base, cuidar de muitas coisas dentro da universidade, que se desdobra em melhorias para própria universidade, que, sem dúvidas, busca dar este retorno de benefício para a sociedade.

Domingos: Traz benefícios para sociedade e para instituição.

Liliane:- Com certeza um projeto que ganha, e ganha os dois lados.

Domingos:- Liliane, muito obrigado.

6.3 ENTREVISTA III

Domingos: Shirley, este é um trabalho de monografia a ser apresentado no curso de gestão universitária o objetivo dessa monografia é verificar as ações executadas pela UnB para a implantação da Lei 12.527 de novembro 2011 nos seus seis primeiros meses de vigência é uma entrevista semiestruturada norteadas por quatro perguntas. Posso gravar sua entrevista?

Shirley: Sim.

Domingos:- Qual a primeira ação da UnB para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011?

Shirley: - A primeira ação foi criar uma comissão com comitês grandes de alguns setores como comunicação, ouvidoria, secretaria de comunicação, pessoas do gabinete do reitor e alguns decanatos e dividir tarefas.

Domingos: - Na criação da comissão foi feita uma resolução em abril? Essa resolução prevê em seu artigo quinto que em noventa dias essa comissão entregaria um relatório para o reitor informando o que foi feito. Depois disso o reitor ia deliberar se ia continuar ou parar com essa comissão. Você tem ideia se esse relatório foi entregue ou foi feito?

Shirley: Não, esse relatório não foi feito. Dessa maneira pelo menos, porque as tarefas elas foram cumpridas no início dos encontros, nos primeiros encontros, mas depois parou por falta de tempo, por falta de decisões.

Domingos: você acha que a troca da direção de comissão atrapalhou?

Shirley:- Troca de direção da chefia de gabinete do reitor do final de gestão desse reitor, então isso tudo fez com que parasse. Parassem os encontros e parassem os trabalhos.

Domingos: Consequentemente os trabalhos! Quais os desdobramentos dessa ação de constituir essa comissão?

Shirley: Foi muito boa, no início nos distribuimos as tarefas em subgrupos. Esses subgrupos determinaram vários trabalhos a serem feitos, eles determinaram fizeram direitinho esses trabalhos. Estava em um volume bom. Definiu-se muita coisa. Concluiu-se muita coisa. Foi muito bom no início, teve um andamento muito bom até que deu uma pausa até hoje.

Domingos:- Mas você acredita que essas ações feitas foram desempenhando alguns papéis na atividade concreta de estabelecer a lei de acesso?

Shirley: Claro! Definiu se primeiro o local físico da transparência passiva do SIC, que foi na ouvidoria. E começou a funcionar com uma funcionária só, com uma pessoa só imediatamente começou a funcionar e essa pessoa mesmo com dificuldades conseguiu passar por todos os trâmites de ter a informação que o usuário precisava na UnB inteira, Foi muito complicado, mas isso imediatamente começou a funcionar, está funcionando até hoje.

Domingos:- Como que a transparência ativa entra na UnB. Como ficou a questão do portal?

Shirley:- Pois é, a ativa que empacou, porque alguns membros da comissão não concordavam em colocar no mesmo local a transparência ativa e passiva. A partir disso começou a ir lá e pedir informação e também colocar uma pessoa no computador atualizado as informações da UnB inteira dos departamentos.

Domingos: Então nós temos um entrave na página da UnB no portal?

Shirley:- Por isso, que essa parte ativa parou. Porque alguns queriam que fosse aqui na SECOM outros queriam que fosse lá na própria ouvidoria. Como não houve um consenso isso atrapalhou muito, praticamente foi isso aí que parou o andamento da comissão.

Domingos: Já sei que você falou, mas vou fazer essa pergunta. Foi criado na UnB o SIC previsto na Lei?

Shirley: Sim. Foi criado. Não um link na nossa página no site da UnB que é a transparência ativa isso não foi criado, mais foi criado sim a transparência passiva que é o espaço físico da pessoa ir lá e pedir informação, que funciona na ouvidoria, então em parte sim.

Domingos: Você acha que o SIC como está estabelecido consegue trabalhar bem ou está precário?

Shirley: Não porque essa parte do portal da UnB da transparência ativa ela vai informar, vai dar muita informação ao cidadão, dispensando a parte que é física; a reposta diretamente, a pessoa ir lá fisicamente e pedir informação. Se tivesse tudo isso ou se já tivesse muita coisa no portal ia ajudar muito as pessoas que estão trabalhando lá na parte física.

Domingos: No seu ponto de vista estas ações estão sendo suficientes para implantação da lei de acesso na FUB?

Shirley: Não, elas estão em parte implantada, o sistema está em parte implantado. Não está atendendo como tem que atender.

Domingos: Como a lei determina...

Shirley: Como a lei determina não estamos, porque falta a outra metade. Não cumprimos toda a lei, não ainda. Temos esse outro trabalho que é parte da lei sobre a transparência ativa, que está completamente parada; e eu acho que só na outra gestão para continuar.

Domingos:- Você tem mais alguma coisa sobre a lei de acesso e a aplicação dela na Universidade?

Shirley: Olha, nós fizemos uma pesquisa intensa com as outras universidades para ter um modelo. Eu gostaria que na próxima gestão as pessoas que fizeram parte dessa comissão, novas pessoas, elas levassem em conta essa pesquisa. O modelo das outras universidades que já implantaram o sistema e tem itens muito claros que a gente pode aproveitar para tocar e continuar. Isso não é mistério nenhum, são coisas simples, só falta mesmo um pouco de ação. Só isso, mas nada, só falta boa vontade.

Domingos: Shirley muito obrigado.

6.4 ENTREVISTA IV

Domingos: Daniel essa é uma entrevista. Agente pode gravar?

Daniel: pode ser gravada sim.

Domingos: Este é um trabalho de monografia a ser apresentado no curso de Gestão Universitária, o objetivo dessa monografia é verificar as ações executadas pela UnB para implantação da Lei 12.527 de novembro de 2011 nos seus seis primeiros meses de vigência. Você faz parte da comissão que esta responsável de implantar a Lei de acesso na UnB?

Daniel: Sim

Domingos: É uma entrevista semiestruturada norteada por quatro perguntas mais ao longo da entrevista podemos inserir outras perguntas se for necessário, Pode ser?

Daniel: Pode.

Domingos: Então seu nome?

Daniel: Daniel Olinto Silva Alves.

Domingos:- Você é do DGP?

Daniel: Sim. Decanato de Gestantes Pessoas.

Domingos:- Seu Cargo?

Daniel: Atualmente assessor da Decana. Lotado como administrador na Universidade de Brasília.

Domingos: Administrador?

Daniel: É.

Domingos: Então a primeira pergunta é qual a primeira ação da UnB para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011?

Daniel:- A primeira ação que eu tenho conhecimento é justamente a elaboração da resolução que cria a comissão que vai ser responsável por estruturar o sistema de informação do cidadão, chamada de COMSIC.

Domingos: Chamada de COMSIC?

Daniel: É.

Domingos: E você viu que na resolução eles estabeleceram um prazo de noventa dias para dar um resultado e essa comissão elaborar um relatório e entregar para o Reitor da Universidade. Esse relatório você tem conhecimento se ele foi feito?

Daniel: Não, não tive a informação se ele foi concluído nem que foi iniciado.

Domingos: houve uma mudança de gestão na COMSIC? Essa mudança pode ter impactado nisso?

Daniel: Houve Sim. Pelo que eu vi e pelo que foi notado o impacto foi grande, porque não ocorreram registros das reuniões anteriores da forma ideal. Ai dessa situação toda a memória de atividades e decisões que foram tomadas antes tiveram que ser revistas novamente para atual responsável pela comissão tomar pé da situação e estamos nessa situação até hoje.

Domingos: Quais os desdobramentos dessa ação de criação da COMISIC?

Daniel: É decidiram duas vertentes o sistema de transparência ativa e passiva. Ativa ficaria responsável o CPD, a responsável pelo mapeamento de processos e outros membros para já disponibilizar no atual site da Universidade informações básicas e relacionadas à Universidade. Pois eles já tinham isso no banco de dados. E nós ficamos na outra parte que seria a construção, propriamente dito, do SIC.

Domingos:- Então já inserido nessa pergunta, eu faço a terceira pergunta que é, Foi criado na UnB SIC previsto na Lei?

Daniel: SIC previsto na lei eu creio que não. Parcialmente ele ta, digamos que, metade dele ta em funcionamento, assim pelo que to sabendo, ele ainda esta sendo estruturado e tem situações que não esta sendo atendida, de acordo com a

Lei, por falta de infraestrutura ou por falta de recursos disponível, ou falta de pessoal. Ainda ta precisando ser concluído a implantação.

Domingos: Então o SIC foi implantado?

Daniel: Dizemos que 50% nas melhores das hipóteses, em minha opinião.

Domingos:- 50% é?

Daniel: É

Domingos:- Então você diria que esse SIC não é o ideal, no seu ponto de vista, o SIC que foi implantado na UnB não e o ideal?

Daniel: Não, ele ainda precisa melhorar muito, Porque o SIC ainda não foi totalmente divulgado e ele já ta sobre carregado só tem duas pessoas cuidando, então esta realmente como se fosse uma incubadora no inicio ainda.

Domingos: No inicio? Então no seu ponto de vista essas ações estão suficiente para a implantação da lei de acesso na FUB, você acha que essas ações implementadas pela comissão já são suficientes para que o cidadão obtenha suas informações necessária referentes a gestão da FUB?

Daniel: Parcialmente.

Domingos: Você acredita que essas ações ainda não conseguem atender totalmente?

Daniel: Totalmente as formas de diversidade solicitada ao SIC. Ta ocorrendo esforço para que isso seja atendido pela equipe atual do SIC, mas se for realmente divulgado e realmente toda sociedade solicitar e efetivamente tiver conhecimento do que é o SIC, ele vai entrar e colapso.

Domingos: Tem alguma outra coisa que você gostaria de falar sobre a questão do acesso à informação aqui na Universidade, ou que você queira esclarecer um ponto para agente finalizar?

Daniel: A etapa que esse curso que a gente ta fazendo de gestão documental, essa etapa de gestão documental junto com uma propaganda com a metodologia de divulgação para UnB e para sociedade do SIC, isso bem estruturado junto com

o crescimento do SIC, com infraestrutura e publicação, publicar e deixar mais disponível para todos talvez junto com esse curso seja possível consolidar tanto o atendimento a solicitações do Cidadão quanto melhorar os procedimentos documentais na UnB.

Domingos: Então você vê a relação entre a de lei acesso e a organização de arquivos e esse curso de gestão de documentos passado pelo SEDOC?

Daniel: É eu vejo como base para que o SIC e, além disso, outras situações da UnB consigam melhorar exponencialmente.

Domingos: Então a lei de acesso é um ganho tanto para o cidadão quanto para própria instituição. Daniel muito obrigado pela entrevista.

Daniel: Ta Joia! De nada.

6.5 ENTREVISTA V

Domingos: Claudine esse é um trabalho de monografia a ser apresentado no curso de gestão universitária. Objetivo dessa monografia é verificar as ações executadas pela UnB para implantação da lei 12.527 de novembro de 2011 nos seus seis primeiros meses de vigência, e uma entrevista semiestruturada norteada por quatro perguntas Tá? Seu nome é Claudine seu departamento e o SIC ligado ao Gabinete do Reitor e seu cargo e Secretaria Executiva. Vamos as perguntas, qual a primeira ação da UnB para assegurar o cumprimento da Lei 12.527 de onze de novembro de 2011?

Claudine: A primeira ação na verdade foi à criação da comissão de implantação, isso foi estruturado pelo Chefe de Gabinete, e a princípio ele convidou alguns funcionários de algumas áreas, na verdade não foram envolvidas de princípio todas as áreas, mais foram em torno de onze integrantes, algo assim, onde foram iniciados os trabalhos para implantação da lei, agora a primeira ação mesmo foi à criação da comissão.

Domingos: Na resolução que cria a comissão em seu artigo quinto prevê que em noventa dias a comissão ia entregar o relatório, esse relatório ia dizer que a comissão ia continuar ou não. Você tem consciência de que esse relatório foi produzido?

Claudine: Esse relatório foi exigido pela lei na verdade, ele foi estruturado, agora foi colocado que a comissão seria permanente, agora não tenho como te dizer, se tenho a memória dele guardado, agora sei que tivemos esses noventa dias e após contatamos a CGU para saber que esse relatório deveria ser entregue diretamente a CGU ou ficaria em âmbito interno. Pelo que foi entendido, parece que era só o relatório comum da comissão, de atividades e que não deveria ser entregue para CGU, mas que deveria constar realmente na comissão. Eu creio que foi feito, mas eu teria que pesquisar os documentinhos para ver isso, sei que foi gerado e foi até estabelecido que essa comissão tivesse um caráter continuado, permanente que não iria se esgotar até a efetiva conclusão do trabalho, porque com noventa dias não dá para fazer toda essa mudança.

Domingos: Quais os desdobramentos dessa ação da criação da COMSIC?

Claudine:- A COMSIC, na verdade, o desdobramento principal seria o cunho de estabelecer o atendimento imediato, primeiramente o que é exigido minimamente pela lei que é o atendimento aos cidadãos, muito embora, a lei sozinha, antes do decreto, ainda não oferecia obrigatoriedade a Universidade. Nós começamos primeiro uma análise do que era necessário operacionalmente, como espaço físico, funcionários, pessoal, onde seria estruturado o SIC. Começou um debate mais conceitual, nesse sentido, para ver se colocávamos em prática. Se fosse colocar em prática, como seria o escopo do trabalho, mas na verdade, com a vinda do decreto que já obrigava a Universidade ainda não tínhamos terminado esse trabalho, mas já foi começado a ser feito o atendimento.

Domingos: Foi criado na UnB o SIC previsto na Lei?

Claudine: Não, ele na verdade está conforme o escopo pedido, só que ele não está atendendo tudo o previsto na lei, não foram todos os tópicos que a lei exige que foram colocados. Não está em atendimento pleno, na verdade, nós temos atendimento ao cidadão, mas ainda, não estamos no local ideal, com os equipamentos ideais, e ainda quanto à transparência ativa nós ainda não temos atendido aqueles seis incisos que consta da lei, acho que são, se não me engano no artigo oitavo, acho que tem seis incisos lá que preveem o atendimento mínimo que o SIC tem que ter. Nós já temos alguns implantados por causa da transparência ativa, só que ainda faltam os atendimentos de todos. Então posso dizer que não está de todo completo, mas já estamos atendendo e nossas demandas não estão atrasadas.

Domingos:- E a demanda está sendo grande?

Claudine: Nós temos um quadro que já foi atualizado com essas demandas, a demanda a princípio estava relativamente pouca, pois ainda é uma lei nova e não é de conhecimento do público maior. Começou bem tímido, então no começo nós tínhamos quatro demandas na semana e hoje em dia não, diariamente, em torno de sete demandas. Algumas que já entram em situação recursal, então a tendência tem sido o aumento dessa procura.

Domingos:- Nessa instância recursal surgiu no decreto 7.724 de 2012?

Claudine: É. Na verdade ela já prevê que a pessoa que recebeu resposta da primeira manifestação, se ela entender que a resposta não foi de acordo com o que ela pediu ou esta incompleta ou esta em desacordo em algum item que ela tenha pedido, ela pode como fases recursais ir até terceira instância, sendo a primeira instância para nós mesmo, digo com a própria UnB, a segunda instância, muito embora ainda de propriedade da UnB a CGU já fica ciente e a terceira instância não e mais nem de cunho da UnB, vai para CGU e aí a CGU que cobra direto da Universidade. Então a pessoa já é ciente desse sistema.

Domingos:- A controladoria acabou assumindo o papel chave na implantação da lei no executivo federal.

Claudine:- É inclusive nós tivemos uma palestra agora com o Romão, o ouvidor geral, ondem ele deu essa ênfase falando que agora a CGU com esse papel de instância recursal dentro da lei de acesso a informação tem uma atribuição a mais e isso tem pesado lá na procuradoria, não deve ser pequeno o trabalho, deve ter tido muito solicitação em instância recursal, muito embora na UnB posso te dizer com segurança que a única que entrou para terceira instância, nós temos um caso, que é o caso que esta em aberto, que já esta até com a resposta pronta e que a negativa inclusive continua. A resposta não pode ser dada porque e de cunho sigiloso, enfim esse é o único caso que nós temos.

Domingos: Nesses seis meses já tiveram 120 solicitações?

Claudine: São cento e vinte solicitações, é mais ou menos em trâmite percorrido, mas temos algumas solicitações em fase de recurso e muitas dessas 120 tem coisas em andamento dentro do prazo, porque muitas das perguntas são realmente bem complexas.

Domingos: Aqui na UnB não tem como mensurar aquelas solicitações de informações que são feitas diretamente nos outros departamentos.

Claudine: Não, infelizmente esse cento e vinte é um número muito aquém, na verdade é apresentado na UnB como demanda nas próprias unidades, como também poderiam ser pedidas através do sistema, infelizmente esses 120 é um número que só demonstra aquelas pessoas que procuram diretamente o sistema do CGU o que é infimamente, hoje não tem como a gente ter noção do como é

maior esse número, na verdade acho que a menor parte dessas solicitações passam pelo sistema da CGU.

Domingos: Você acredita que esse sistema por ta localizado em um só lugar fica difícil mensurar essa solicitação como um todo?

Claudine:- Eu não acho nem pelo sistema, eu acho que o grande problema é não ter sido divulgado em âmbito dos departamentos porque muitas vezes os departamentos que recebem demanda que poderia ser vistos através da CGU, eles nem sabem e esse a maior briga da COMSIC na tentativa de fazer correto o treinamento dos funcionários para que isso venha a se tornar números dentro da CGU, porque se for pensar cento e vinte em seis meses, na verdade deve ser milhões de solicitações de informação não computadas.

Domingos: Isso tem que ser mensurado pelo trabalho que dá.

Claudine: Deveria agora a verdade é que nem todo tipo de solicitação pode ser pedido através do sistema, por exemplo, é comum, outro dia nós recebemos e reencaminhamos porque não se trata de cunho da UnB, muitas vezes a pessoa entra aqui pedindo coisas que não são possíveis de ser atendidas de cunho pessoal ou porque não é informação da UnB, enfim na verdade tem esse impasse, nós também não estamos sabendo o que deve ser pelo sistema da CGU e o que é de entrada normal administrativa, então tem esse problema, embora sem duvida esse número é muito aquém do que a UnB realmente de fato tem como demanda administrativa.

Domingos: Qual a dificuldade que você ta tendo aqui no SIC pra responder ou determinar quais são as demandas que são sigilosas ou não?

Claudine: Na verdade isso ta confuso ainda, o que é sigiloso ou não sigiloso tem que estar já estabelecido dentro da UnB, mas não está. Nós estamos com um grupo de trabalho dentro da COMSIC que esta responsável por determinar o grau de sigilo, quem seria os responsáveis para determinar o grau de sigilo de certos grupos de documentos, então na verdade quando vem uma demanda que nós temos alguma dúvida que possa ser dada ou não, agente aciona diretamente o departamento e pede que o departamento veja dentro do escopo, porque muitas vezes os departamentos não sabendo que isso vai ser uma informação dada ao

cidadão ele responde sem saber que aquela informação caracterizaria de cunho reservada muitas vezes, porque não digo sigiloso, porque o grau de sigilo confidencia as pessoa tendem a saber, mas eu acho, talvez porque, as perguntas as vezes é de cunho muito pessoal, como exemplo a solicitação de CPF de servidores, enfim, agora nós temos essa dificuldade na questão do sigilo, só que dentro do SIC tem havido uma demanda muito grande de assuntos repetido e que nós já sabemos, por bem que são divulgáveis enfim...

Domingos: Acaba ficando uma coisa não institucional, fica você decidindo...

Claudine: Decidimos que isso, muito embora, realmente tenha uns assuntos que são de cunho administrativo que já poderia esta dentro do site e ai bastaria que agente informasse o site, por exemplo, dizendo onde esta disponível essa informação. Mais ainda não tivemos nenhum problema especifico, exceto com esse recurso que já citei, que a pessoa diz que é uma informação que tem que ser apresentada e a UnB diz que é sigilosa... Nesse caso eu estou na dúvida, pois esse grau é de sigilo atribuído no edital ou se tem que ser atribuído novamente de acordo com a lei, porque tem haver com o CESPE, no edital deles eles preveem que não vão informa então eles mesmos através da edital que e uma peça que vincula...

Domingos:- É a lei eventual do concurso.

Claudine: Exatamente a lei do concurso, pois o candidato adere ao edital e tem que saber que ali esta aceitando as regaras, mas muitas pessoas contestam as regras após o concurso já ter passado e o CESPE acredita que realmente não tem que ser dada a informação e a pessoa entra com recurso primeiro, segundo e terceiro.

Domingos: É a CGU que vai ter que bater o martelo.

Claudine:- Mais você sabe o que aconteceu, essa semana recebemos exatamente a carta da CGU informando que nós deveríamos responder aos cidadãos e tal e o CESPE continua na negativa de que isso será tratado conforme o edital.

Domingos:- Que ele já foi respondido...

Claudine:- Exato e o que ela pediu que fosse possível responder já foram passados para ela, que era os espelhos de correção da prova dela, não sei se foi da prova dela, mais eles pegaram o gabarito de correção que é o máximo que eles podem disponibilizar, no edital diz que inclusive não serão posteriormente mostrados e também tem os prazos e na verdade é muitas especificidades eu não vou saber exatamente.

Domingos:- E a CGU chegou a que conclusão?

Claudine:- Pelo ofício que nós recebemos ela entende que a pessoa teria o direito a resposta, muito embora, eu acho que a CGU não obriga, na verdade a lei também permite que o órgão entendendo que aquela informação não possa ser dada, agente pode negar quando embasada e o CESPE deu todo o embasamento necessário inclusive, mas como o cidadão tem direito de chegar a terceira instância... porem, muitas vezes no caso do CESPE não é possível ter a informação né.

Domingos: No seu ponto de vista essas ações estão sendo suficientes para a implantação da lei na Universidade de Brasília?

Claudine: Até o momento, como agente esta dentro da Universidade de Brasília, como estamos nessa fase um pouco delicada, nessa troca de gestão a movimentação tem sido pouca em relação a comissão de implantação, então tem havido pouco ou quase nenhuma ação direcionada a efetivação a continuidade do trabalho, então na verdade nesse momento não, as ações não estão suficientes para que seja implantada até o final.

Domingos:- Não conseguimos ainda dar acesso

Claudine:- Não, De fato que não, mais eu creio que isso não seja só um problema da Universidade de Brasília eu creio que a maioria dos órgãos, muitos inclusive, nós utilizamos o sistema para fazer um tipo de "[Benchmarking](#)" eu entrei no sistema e nos SIC de outras regiões e vimos que a essa dificuldade na verdade em todos os órgãos, alguns estão muito mais atrasados que a UnB inclusive, que tenha uma pessoa apenas e que não teve a implantação de uma comissão, que não tem um responsável, então a UnB esta parada nesse

momento com uma estrutura minimamente para atender a demanda agora, na verdade, ainda essas ações não são suficientes pra atender a lei na totalidade...

Domingos: Pode levar um tempo para isso acontecer?

Claudine:- cremos que sim, cremos que com a nova administração. Eles devem dar sequencia e a atenção a isso, mas a gente ainda acredita que a demanda da visão do novo gestor, como ele pensa na estrutura do SIC, se ele pensa um pouco diferente, mas a gente espera que esse ano que vem o SIC seja totalmente estruturado, que esteja pronto.

Domingos:- Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre esse tema?

Claudine: Não, na verdade sim, é importante citar que tem que ter continuidade dos trabalhos independente da comissão o atendimento as demandas, que de fato não estão atrasadas, muito embora, caso essa lei comesse a ser mais difundida dentro da universidade a gente entende que haverá o aumento da demanda, com isso, seja necessária uma estruturação melhor do SIC, mas nesse momento tem havido pouca solicitação, tanto que os números mostram que nós não temos demandas atrasadas, temos aquela em recurso de terceira instância, agora não temos demandas atrasadas isso quer disser que foi atendido às demandas que nos tivemos.

Domingos:- E agente tem uma dificuldade de computa-las né? Talvez tenhamos muitas atrasadas que o departamento não informa...

Claudine:- De fato, tanto é que os departamentos pode ser que talvez por eles virem que a demanda sai do SIC eles atendam primeiro a nossa, tivemos um aluno que entrou com o departamento e depois com o SIC e falou que o do SIC atendeu mais rapidamente, pode ser que o departamento vendo em virtude de lei a coisa ficou mais séria e atendeu primeiro ele através do SIC do que através do departamento, isso é até grave...

Domingos: Acho que a comissão vai ter que acabar pensando numa forma de pegar essas demandas que não passa diretamente no sistema e lançar no sistema alguma coisa parecida.

Claudine: Alguma forma de orientar as unidades para que entre no sistema da CGU e registre, mas nem sabemos se vai ser por esse caminho... é isso.

Domingos: Então Claudine muito obrigada!